

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos.

Dou-lhes as boas vindas a mais esta Sessão da Assembleia Municipal.

Vamos proceder à chamada dos Membros da Assembleia Municipal e para isso dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não estava presente o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos e que seria substituído pela Sra. Maria Alice Antunes Mendes Gouveia que informou a Mesa que não poderia estar presente hoje.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes estava ausente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Luís Fernando Correia da Conceição Santos.

Também o Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo estava ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passamos de seguida à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete.

Há alguma alteração ao teor da ata da Sessão Ordinária de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete?

Não havendo alterações passávamos à sua votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de outubro do ano de dois mil e dezassete, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Calendarização das Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para o ano de 2018.

III - Apreciação e decisão sobre a justificação de renúncia ao mandato do Membro da Assembleia Municipal Luís Miguel Ruivo Lagos, nos termos do artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal, bem como do disposto no n.º 7 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais do Município de Oliveira do Hospital.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de

Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Oliveira do Hospital.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Oliveira do Hospital.

VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 160.000,00 (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município, para a promoção de atividades de natureza corrente de cariz cultural, social, recreativo e de valorização da economia local, bem como para a realização de outras ações de relevante interesse para as Freguesias.

VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital.

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao expediente todos receberam, como é costume, o mapa com a correspondência expedida e recebida. De qualquer das maneiras há sempre um ou outro caso mais importante. Recebemos da Assembleia Municipal de Viseu um Voto de Pesar relativo aos incêndios de outubro de 2017 e recebemos também um Voto de Pesar da Assembleia Municipal de Odemira.

Referir também que recebemos, ontem, do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, um documento referente às alterações e mudanças do SAP(Serviço de Atendimento Permanente) para a FAAD-Fundação Aurélio Amaro Dinis. Este documento foi igualmente enviado para o Presidente da República, Ministro da Saúde, Presidente da ARSC, Diretor Executivo do ACES PIN, Coordenador do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital e ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao documento referente às alterações e mudanças do SAP(Serviço de Atendimento Permanente) para a FAAD - Fundação Aurélio Amaro Dinis que recebemos ontem e porque é um documento com algumas páginas não tivemos hipótese de o analisar. O documento será analisado e depois procederemos em conformidade.

Passaremos de seguida às inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e recordaria aos Senhores Deputados que é importante que nos contenhamos dentro do tempo que Regimento prevê.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero dar-lhe nota da minha preocupação quanto ao começo das obras de recuperação das casas ardidas e também com as indemnizações aos empresários afetados pelos incêndios. Gostaria, se fosse possível, que nos fizesse o ponto da situação para podermos dar algum conforto às pessoas afetadas por todo o drama que foram estas percas quer para a Freguesia quer para o Concelho.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“A vida é a grande dádiva de Deus. É preciosa e é única porque é breve e é finita. Ora, em Oliveira do Hospital, o risco de nos ser retirada esta dádiva é maior do que no resto do país, estando mesmo ao nível de países de terceiro mundo.

Os Oliveirenses vivem em constante angústia, numa cidade sem SAP (Serviço de Atendimento Permanente), que nos foi retirado por este governo, com a conivência deste executivo, que continua a criar ilusões nos Oliveirenses sem que melhores condições de saúde se verifiquem.

Numa cidade para a qual se pretende atrair novas empresas, sem sequer dar as devidas condições às que já existem.

Note-se que o nosso tecido empresarial, que conta com empresas que trabalham em horários contínuos, como por exemplo a Sonae, ou outras que,

mesmo em horário normal, têm elevado risco de acidentes de trabalho, como sejam: a construção civil, carpintarias, confeções, etc. Sem SAP não temos condições para socorrer os sinistros que possam ocorrer.

Os nossos habitantes têm de ter a sorte de, em caso de doença grave, serem encaminhados atempadamente para o Serviço Básico de Arganil ou Seia.

Temos de perceber que: Ao ligarmos para o 112, será acionado o serviço de emergência, o INEM, serviço esse sediado nos Bombeiros voluntários de Oliveira do Hospital e Lagares da Beira, os quais se dirigem ao local da ocorrência. Estes, por sua vez, após análise da situação, passam os dados para o CODU que, por sua vez, dará as orientações de transporte do doente.

Sublinhe-se que, nestes casos, os utentes nunca passarão pela UCSP (Unidade de Cuidados de Saúde Personalizada) de Oliveira do Hospital, muito menos pela FAAD (Fundação Aurélio Amaro Dinis).

Vejamos um exemplo: Num acidente ou numa doença grave, é acionada a SUV de Seia, a qual transporta o sinistrado para o Hospital de Seia, por sua vez, este reencaminha-o para o Hospital Distrital da Guarda, onde serão feitos os primeiros tratamentos, posteriormente, é transportado para Coimbra, pois é este o seu hospital de referência.

Como é notório, estão criadas as condições para que não se instalem empresas em Oliveira e para que aquelas que cá estão instaladas equacionem a sua deslocação, bem como todos os Oliveirenses que têm a sua vida penhorada por minutos.

Não obstante, para um doente ser tratado na UCSP (unidade de cuidados de saúde personalizada) de Oliveira do Hospital terá de vir de ambulância, paga pelo seu bolso. Bem sabemos que há pessoas carenciadas no nosso Concelho, onde o dinheiro até para comer é escasso, e são muitas vezes estas pessoas que são as mais necessitadas deste serviço.

Concluindo, temos uma cidade onde se vive em dificuldades, onde não se pode adoecer, ou seja, a tão aclamada, cidade da moda.

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, trago também uma proposta para apresentar a esta Assembleia relativa ao alargamento dos prazos para limpeza dos terrenos porque achamos que os prazos são muito curtos e as coimas são muito elevadas. Gostaria que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocasse esta proposta à votação.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para apresentar a proposta de alargamento dos prazos para

limpeza dos terrenos que foi entregue à Mesa da Assembleia pelo Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito:

“ Proposta - Alargamento dos prazos para limpeza dos terrenos.

Ao abrigo do disposto Decreto-Lei no 124/2006, de 28 de junho, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n. 17/2009, de 14 de janeiro, obriga os proprietários, usufrutuários, ou entidades que a qualquer título detenham terrenos nas condições seguintes, a execução das operações de limpeza até ao dia 15 de março de cada ano:

- É obrigatório limpar os aglomerados populacionais, parques de campismo, parques industriais, plataformas de logística e aterros sanitários, numa faixa mínima de 100 metros de largura, medida a partir da alvenaria exterior (definidas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios).

- É obrigatório limpar as casas isoladas, armazéns, oficinas, fábricas, estaleiros, numa faixa mínima de 50 metros de largura, medida a partir da alvenaria exterior da edificação.

O PSD entende que o prazo é curto para a realização da referida limpeza. Atendendo ao que se passou nos concelhos afetados pelos incêndios de 15 e 16 de outubro 2017 e que ainda nos encontramos em tarefas de reconstrução de casas empresas, etc. Propomos que se solicite ao governo o alargamento desta data para 15 de maio e que as Câmaras Municipais tenham até 30 de junho para poderem substituir-se aos proprietários na limpeza dos terrenos.

Visto que o não cumprimento destas ações de limpeza são passíveis de aplicação de coimas, que poderão ir dos 140,00€ (cento e quarenta euros) aos 5.000,00€ (cinco mil euros), no caso de pessoas singulares, e de 800,00€ (oitocentos euros) aos 60.000,00€ (sessenta mil euros) no caso de pessoas coletivas. Tememos que o governo venha, de algum modo, a aplicar as supramencionadas coimas como receita e não com o propósito de evitar os incêndios. Como é do conhecimento de todos, temos proprietários de terrenos com idade avançada e com dificuldades financeiras para pagar a quem faça o trabalho de limpeza, sendo os próprios a executá-lo, ainda que não raras vezes com bastantes debilidades físicas, pelo que reiteramos a necessidade urgente do alargamento do prazo dado.

Oliveira do Hospital, 23 de fevereiro de 2018,

Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital”

De seguida, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em presença desta proposta apresentada pelos eleitos do PSD nesta Assembleia Municipal vamos, naturalmente discuti-la. Previamente gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se têm algum esclarecimento para nos dar?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que esta proposta do PSD tem sentido. Os Municípios já tomaram posição relativamente aos prazos definidos. A CIM Região de Coimbra já tomou posição achando que a aplicação do diploma não é possível.

Concordo com o conteúdo da proposta mas, se o PSD quiser reformular esta proposta, na minha opinião, o prazo ainda devia ser mais dilatado.

A Associação Nacional de Municípios, que representa todas as autarquias do país, também já se manifestou acerca deste diploma. Todos os Municípios acham que este diploma não é exequível.

Relativamente à aplicação desta lei no Concelho de Oliveira do Hospital a Sra. Vereadora Eng.^a Teresa Dias poderá dar-nos uma explicação. O Concelho de Oliveira do Hospital, neste momento, não é considerado em risco.

O Governo quer passar as responsabilidades para as autarquias. A partir de agora quem não cumprir com este diploma e se acontecer um incêndio não há responsabilidades do Governo e há responsabilidades das autarquias para fazer cumprir a legislação. Temos a certeza que esta legislação, neste momento, não pode ser cumprida na sua íntegra.

A Autoridade Tributária lançou aí uma confusão porque não é preciso cortar tudo. Neste momento estamos a fazer ações de formação nas Juntas de Freguesia para serem prestados todos os esclarecimentos.

Na minha opinião deverá ser dado mais tempo porque há autarquias que não têm possibilidades de cumprir. As autarquias estão dispostas para colaborar mas há coisas que o Governo tem de assumir.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este assunto quero dizer que concordo com o alargamento do prazo. Peço que nos seja dado um esclarecimento sobre a forma

de como é que vão ser feitas as limpezas penso que deveria haver aqui uma explicação.

A Câmara Municipal tem tido uma estreita colaboração com as Juntas de Freguesia após os incêndios e todo o trabalho realizado tem sido feito conjuntamente.

Há outras questões que se levantam: Há pessoas que nos questionam, nas Juntas de Freguesia, onde é que vão colocar os pinheiros cortados porque já há madeireiros que não querem pinheiros bravos. Falou-se na criação de parques para a madeira e por isso era importante prestar alguns esclarecimentos para ajudar na resolução de algumas situações.

Concordamos com o princípio desta proposta e gostaria de pedir que esta proposta do PSD fosse alargada a todos os quadrantes políticos com representação nesta Assembleia e que quando fosse votada fosse aprovada por unanimidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“O Raul Dinis já falou num assunto que eu também queria abordar mas há aqui situações que nos preocupam a todos nomeadamente a questão da matéria-prima queimada. Nós somos questionados no dia-a-dia pelas populações sobre o que fazer com a matéria-prima queimada.

Sobre a questão das limpezas florestais algumas medidas foram anunciadas nos meios de comunicação social e penso que a Eng.ª Teresa Dias nos irá dar uma informação sobre estas medidas para a prevenção dos incêndios e sobre o que é que se pretende. As pessoas não estão interessadas em ser penalizadas porque eu acho que já foram penalizadas demais com todos estes incêndios que existiram.

As pessoas precisam de saber onde são os parques para armazenamento da madeira porque há muitos pinheiros para abater e não há a quem os vender. Esse é que é o grande problema!

Do Governo não nos chegam diretrizes como por exemplo quais os parques de madeira a nível local e de quais os preços mínimos garantidos para a madeira.

A nossa floresta está ardida e tem que ser abatida mas as pessoas precisam de saber como o vão fazer. Têm de haver linhas muito concretas para as pessoas saberem o que fazer.

Outra coisa que me preocupa é o risco que existe no abate de árvores junto das vias de comunicação. Todos sabemos que há grandes riscos e nós até temos tido a sorte de termos um inverno relativamente seco, não tem havido grandes tempestades porque se tivessem havido grandes tempestades já tinha havido casos graves.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.^a Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao assunto das limpezas das faixas de gestão de combustível envolvente aos edifícios tivemos de consultar quatro Decretos-Lei para conseguir produzir este Edital que enviámos esta semana para as Juntas de Freguesia.

A referência ao dia 15 de março vem no Orçamento de Estado e é exclusivo para o ano de 2018 porque o Decreto-Lei nº 124/2006 já obrigava à limpeza, tanto dos 50 metros à volta dos edifícios como dos 100 metros à volta dos aglomerados populacionais e como dos 10 metros em torno da rede viária, com data até 30 de abril para os proprietários o poderem fazer.

O regime excepcional é criado pelo Orçamento de Estado de 2018 que remete para o nº1 do artigo 153.º e é para edifícios. A definição de edifício é quando temos ou uma casa ou até nove casas porque a partir das dez casas é considerado um aglomerado populacional. Portanto a interpretação da Lei feita pelo Gabinete Técnico Florestal é que a data de 15 de março é só para edifícios isolados e não é para aglomerados populacionais. As faixas de gestão de combustíveis dos aglomerados populacionais têm que ser intervencionadas até 30 de abril.

O *spot* que está a passar na televisão dá a ideia que tem de ser feito o corte raso na faixa dos 50 e 100 metros. No entanto, o que diz o Decreto-Lei nº 10/2018, de 14 de fevereiro, no seu anexo, é que as copas das árvores têm que estar a uma distância mínima de 5 metros a contar da alvenaria exterior dos edifícios. Depois se tivermos pinheiros ou eucaliptos as árvores têm de estar a 10 metros umas das outras. Se forem outras árvores florestais têm de estar a 4 metros umas das outras medidos a partir da copa. O extrato arbustivo, ou seja os matos, têm que ser cortados. O Decreto-Lei excetua as áreas agrícolas cultivadas e jardins.

É esta a interpretação que eu faço na leitura deste quatro diplomas em conjunto com os Técnicos do Gabinete Técnico Florestal e eventualmente o Dr. João Mendes que também foi consultado nesta matéria.

Produziram-se estes Editais para desmistificar um pouco o que se falou porque as pessoas ficaram com a ideia de que era um corte raso. Nós temos o caso dos sobreiros que tem uma legislação própria. Não se podem cortar sobreiros nem azinheiras sem a devida autorização do ICNF, mesmo que tenham ardidado ou que estejam em risco de cair, porque os proprietários podem ser multados.

Relativamente à rede viária questionámos a autoridade competente para a fiscalização e o que nos disseram é que não está bem definido se os 10 metros são para um corte raso ou se podem existir árvores à beira da estrada e depois elas têm de estar a 4 metros umas das outras, se estivermos a falar de carvalhos, ou têm de estar a 10 metros umas das outras, se estivermos a falar de pinheiros ou eucaliptos. Ninguém nos soube dar estas respostas. Por isso optámos não colocar no Edital se é um corte raso nos 10 metros ou não.

Aquilo que vai no Edital é que nas áreas queimadas, e isso também está na legislação, nas áreas ardidadas os proprietários devem cortar e remover o material queimado nos 25 metros para lá das vias em ambos os lados.

Relativamente aos parques de madeira: Está aberto desde o dia 8 de fevereiro um aviso de concurso para a criação dos parques de madeira. Este aviso de concurso já traz o preço a pagar ao proprietário quer para madeira de serração quer para madeira de trituração. Tem aqui uma série de critérios mas enquanto não houver parques de madeira criados também estes preços não se praticam. Há também uma série de requisitos mediante o diâmetro da madeira e o número de meses que a madeira tem de permanecer dentro do parque. O Despacho Normativo nº 2-A/2018, no artigo 4º, refere os montantes a pagar para a madeira de serração, que é de 46,00€/tonelada à porta do parque ou de 25,00€/tonelada para madeira em pé e no artigo 5º refere os montantes a pagar para a madeira de trituração que é de 10,00€/tonelada para madeira em pé.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Apesar destas explicações, continuamos todos muito preocupados! A verdade é que o quadro é difícil e inexecutável, seja para 15 de março ou seja para um pouco mais à frente, enquanto não se encontrarem destinos para escoar as madeiras. Também me perturbou um pouco a informação que nos deu de não ter sido esclarecido, relativamente aos eixos viários, exatamente que tipo de intervenção é que se pretende porque para se concretizar algo é preciso que esteja definido.

Dito isto, penso que esta proposta vai ter muito acolhimento.

Também me foi dito que esta data de 15 de março, na nossa zona, para a limpeza da vegetação dos terrenos e dos matos, é prematura porque devido aos regimes climáticos que temos, quando chegarmos a junho estamos outra vez com o mesmo problema. Por isso eu também concordo que esta data seja mais alargada desde que não apanhe a época de incêndios.

Passava-mos de seguida à votação da proposta de alargamento dos prazos para limpeza dos terrenos. Esta proposta fica entretanto sujeita aos ajustes de redação que a tornem compatível com o que está legislado.”

Efetuada a votação a proposta de alargamento dos prazos para limpeza dos terrenos foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Cumpro ao CDS - Partido Popular de forma subsequente aos mandatos que nos foram conferidos fiscalizar o trabalho do Executivo Municipal. Nesse sentido, e pela forma pouco hábil e clara com que tem sido gerida a pasta da saúde em Oliveira do Hospital, revelando por várias vezes traços de promiscuidade, gerando estranheza e as mais pertinentes dúvidas no seio da sociedade civil, o CDS - Partido Popular entende ser necessário um esclarecimento estruturado e incisivo por parte do Sr. Presidente da Câmara de forma a respeitar o superior interesse dos Munícipes Oliveirenses e a estabelecer-se de forma clara e indefetível a verdade e, como corolário, revelando objetivamente o caderno de intenções do executivo para a saúde em Oliveira do Hospital.

Assim, sem laivos de opacidade, o CDS - Partido Popular gostaria de saber qual o *status quo* do Serviço de Atendimento Permanente em Oliveira do Hospital, tem, ou não tem, um cidadão oliveirense direito a cuidados básicos de saúde em Oliveira do Hospital durante 24h, ou apenas nos é permitido adoecer pela manhã ou durante a tarde?

Quais é que são as garantias que o Executivo Oliveirense pode dar aos seus Munícipes quanto à colocação anunciada de mais quatro médicos num concurso público a ser realizado em abril no que concerne a condições de atractibilidade, face ao insucesso que o próprio Presidente da Câmara admitiu publicamente em trazer mais médicos para Oliveira do Hospital em processos semelhantes.

Nesse sentido, qual é o número de Oliveirenses que continua sem ter acesso a um médico de família?

Quais é que são as possibilidades reais do Município de Oliveira do Hospital voltar a ter um serviço de urgências de 24h que deve ser seu por direito e que procedimentos tem o Executivo Municipal desenvolvido para o efeito?

Posto isto, e para finalizar, gostava também de perguntar ao Sr. Presidente de Câmara, que afirma desde o seu primeiro mandato ter independência partidária face ao Partido Socialista e a todos os outros partidos, se, tal como no caso do IC6, com um Governo de coligação PSD-CDS, vai também organizar um buzirão ou qualquer tipo de manifestação para reivindicar direitos consagrados constitucionalmente a todos os Oliveirenses?"

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é sobre a limpeza das matas mas as minhas dúvidas já foram aqui colocadas. O que tenho dito às pessoas que se dirigem à Junta de Freguesia de Meruge e que nos questionam como devem fazer as limpezas é que junto das casas de habitação isoladas ou próximo dos aglomerados urbanos que façam tudo para limpar. Quanto ao abate nas matas disse às pessoas para esperarem porque, como já foi dito, ainda não há solução. Também tinha outras dúvidas mas a Sra. Vereadora Eng.^a Teresa Dias já as esclareceu.

Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se já há alguma medida em concreto para as casas ardidas de segunda habitação visto que o Governo já recebeu fundos da Comunidade Económica.

Relativamente aos apoios para a agricultura até aos cinco mil euros dizer que o Ministério da Agricultura já mandou os técnicos para fiscalizar as pessoas que receberam estes fundos. Estou plenamente de acordo com esta fiscalização. Quem manifestou prejuízos sem os ter que seja sancionado e que tenha que devolver o dinheiro.

Estou plenamente de acordo com esta fiscalização mas não estou de acordo com alguns cortes que estão a ser feitos porque havia pessoas com prejuízos muito superiores aos cinco mil euros e que não os declararam. As pessoas só declararam alguns bens perdidos nomeadamente casas de arrumos e oliveiras. Houve casos que eu presenciei que só as oliveiras e a casas de arrumos chegavam aos cinco mil euros, e agora as oliveiras que arderam e caíram foram consideradas e as outras que ficaram num tição os técnicos da fiscalização disseram que não iam contar porque essas oliveiras ainda iriam

reventar. Há pessoas que tiveram um corte de cerca de trezentos e cinquenta euros quando poderiam ter declarado outros bens nomeadamente árvores de fruto e pinheiros mansos mas não o fizeram porque a lista dos prejuízos iria ultrapassar os cinco mil euros.

Acho que há aqui uma falta de sensibilidade e falta de consenso porque se os prejuízos são muitos maiores estes técnicos deveriam ajudar as pessoas e não é isso que se está a fazer.

Trago também aqui outro assunto que me preocupa: O telefone fixo é muito utilizado pelos idosos porque estes têm alguma dificuldade em utilizar os telemóveis e não vejo ninguém tomar medidas para restabelecer a rede fixa. Não sei se o Sr. Presidente da Câmara nos pode dar alguma informação sobre este assunto.

Relativamente ao SAP - Serviço de Atendimento Permanente, eu não vou alongar-me muito, mas esta é uma preocupação geral e estou certo que o Executivo e o Sr. Presidente da Câmara se não fazem melhor é porque não conseguem. Mas gostaria de fazer aqui um alerta ao Sr. Presidente da Câmara: Muitas vezes as pessoas são enviadas para as urgências de Seia mas a nossa população não têm ligação nenhuma ao distrito da Guarda e também não temos transportes o que dificulta o seu regresso. Era preferível que as pessoas que são atendidas nas urgências de Seia fossem depois reencaminhadas para Coimbra porque os nossos Bombeiros deslocam-se quase de hora a hora para os Hospitais de Coimbra.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara que fez a seguinte intervenção:

“Face ao que se assistiu na última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, mais concretamente naquilo que na minha modesta opinião, e mais concretamente face à minha pessoa, foi a manifestação em diversas ocasiões de uma total falta de respeito político por parte de alguns Deputados, e bem assim o desrespeito do Regimento desta Assembleia, e porque é a primeira vez que desempenho funções em tão honroso Órgão Autárquico, entendi, em consciência, que teria de esclarecer a esta Assembleia aquilo que realmente me motiva e sustenta o exercício das minhas funções como Deputada Municipal: Quando decidi integrar o conjunto de elementos candidatos a este Órgão pela lista do PPD/PSD, fi-lo, é certo, integrada e com o apoio do partido do qual sou orgulhosamente militante até há vários anos.

Porém, e independentemente disso, não foi a integração numa lista partidária que me moveu a integrar este Órgão, mas antes e só a honrosa possibilidade de participar ativamente no debate político local, dando o meu humilde contributo para uma constante melhoria do nosso Concelho.

E pretendo fazê-lo com base no respeito pela liberdade, pela democracia, e no estrito respeito pelas diferentes opiniões políticas, as quais se revelarão certamente saudáveis e úteis ao engrandecimento de Oliveira do Hospital.

Estou na política como na vida, procuro enfrentar com garra e convicção os desafios com que me deparo, e não contorná-los ou ceder perante os mesmos sem o necessário combate.

Estou na política, não porque precise dela ou do que a mesma me possa proporcionar, mas antes pela possibilidade que me confere de estar na linha da frente para defender o meu público, permitindo-me intervir e contribuir de uma forma mais ativa e relevante para um Concelho de Oliveira do Hospital mais próspero.

Estou pronta para um aguerrido confronto de ideias e para o constante debate de posições divergentes, cujo único objectivo seja os interesses de Oliveira do Hospital e sobretudo o bem-estar dos Municípes.

Humildemente espero, através da minha participação neste Órgão, dar um primoroso contributo a todos os Oliveirenses, e em particular àqueles que em mim depositaram a sua confiança, e me proporcionaram a minha eleição.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, não será para mim necessário recorrer ao tão meritório Currículo de que dispõe para lhe reconhecer o enorme valor e capacidade que tem para desempenhar as nobres funções da Presidência da Assembleia Municipal, porém, não podia deixar de lhe fazer um apelo: Estou certa que não deixará de fazer cumprir e respeitar o Regimento desta Assembleia, porém, peço-lhe que não tolere faltas de respeito político, sobretudo por quem ousa transmitir a sua opinião, ainda que em sentido divergente de quem decide, com o único objectivo de prestar um contributo positivo para a melhoria do Concelho de Oliveira do Hospital e das suas gentes.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Na sequência da intervenção da Sra. Deputada Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara quero dizer o seguinte: Sinceramente, no decurso da Sessão anterior da Assembleia Municipal, achando que houve um momento ou outro,

que tive a preocupação de salientar, em que me pareceu que as intervenções foram um pouco excessivas, não registei, nem da parte da sua bancada nem da parte da Sra. Deputada, nenhum alerta de que se estava a sentir desrespeitada.

A Senhora já exprimiu o que pensa e, quero que fique claro o seguinte: O debate, por vezes, pode ser acalorado e há também diferentes sensibilidades. Por isso, eu sou atenta a esses dois aspetos procurando que não se chegue a situações de desrespeito porque é realmente minha obrigação zelar pelo cumprimento do Regimento.

Portanto, quando algum dos Srs. Deputados sentir que há desrespeito do Regimento, façam o favor de, no momento, dar sinal disso para podermos discutir e clarificar. De certa forma a conclusão que eu tiro da intervenção do Sra. Deputada é que eu estive pouco atenta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal há pouco eu tive um “*déjà vu*” porque numa anterior intervenção só faltou dizer: Eu tenho muita estima e amizade ao Sr. Presidente da Câmara. Só faltou dizer isto!

Trago hoje três sugestões ao Executivo Socialista em exercício, dando desde já os parabéns a este Executivo pelo trabalho político desenvolvido para ajudar as pessoas e as empresas que foram afetadas pelos incêndios de outubro.

Ajuda esta que, para além da institucional como apoio na elaboração de candidaturas, foi ainda de proximidade real às nossas gentes.

Temos por isso assistido com a atuação deste Executivo Socialista a uma grande dignificação de tudo aquilo que representa a defesa da causa pública, das pessoas, das empresas, à dignificação do que é ser político.

Ao contrário de alguns que têm unicamente tentado um aproveitamento pessoal da desgraça que foi sofrida pelas nossas gentes e por todos nós.

Dos factos, certo é que a nossa terra sofreu aquela tragédia mas a realidade é que a vida das pessoas tem vindo, como não podia deixar de ser, a seguir o seu caminho. Cabe-nos a nós dar o exemplo, não descorando o apoio que estiver ao nosso alcance seja ele institucional ou pessoal, temos a responsabilidade de mostrar que o caminho é feito caminhando e para a frente.

Nesse sentido, sugiro ao Executivo Socialista em permanência que aproveitando ainda a onda de solidariedade nacional para com as nossas gentes que tentem convidar artista de arte urbana, como Nonen, Vespa, Bordalo II, Vills e outros, para virem a Oliveira do Hospital criar um parque de arte urbana

centralizado em Oliveira do Hospital ou espalhado por pontos de referencia do Concelho.

A segunda sugestão é que se recuperem as instalações de uma escola primária antiga dotando-a de todas as valências para que possa vir a ser habitada e utilizada com o objetivo de aí se desenvolver trabalho de criação artística.

Isto para quê, para que se convidem as muitas companhias de artes performativas como sejam as de teatro, música e dança profissionais, escolas superiores das áreas das artes como a Escola Superior de Teatro e Cinema, isto porque todos os cursos tem projetos finais nas respetivas áreas.

Esse convite claramente não é vazio de interesse da nossa parte, pois terá de ter como contrapartida com as companhias ou entidades que venham utilizar o espaço, que sugiro de utilização gratuita e com alimentação e limpeza do espaço, para que aqui venham em residências artísticas criar e desenvolver os seus projetos, que essas companhias teriam de apresentar os seus projetos finais na nossa casa da cultura.

Estas duas sugestões têm como objetivo tentar trazer mais e melhor cultura com um custo relativamente baixo às nossas gentes.

A última sugestão, é que o Executivo Socialista, crie uma aplicação para telemóvel, com aliás já existe noutros concelhos, onde o turista que queira visitar a nossa terra, tenha acesso ao máximo de informação possível dos pontos de interesse turístico, do museológico à natureza, à gastronomia, aos nossos queijos, aos trilhos pedestres e clicáveis, trilhos para BTT e Todo-o-Terreno, etc. etc.

Essa informação vai desde coordenadas GPS, descrição dos locais e pontos de interesse e tantas outras mais-valias.

Mas esta aplicação não serve só para os turistas que aqui queiram vir também serve para todos nós que possamos não conhecer a totalidade das potencialidades da nossa terra.

Queria só deixar uma última questão: Sabemos que o Orçamento de Estado para 2018 tem orçamentado cerca de dois milhões de euros para a construção de caminhos municipais. O que é que o Município pensa fazer para aproveitar essas condições?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Já lá vão quatro meses sobre os trágicos dias 15 e 16 de outubro e gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, que nos fizesse o ponto da

situação, no que concerne aos apoios até agora prestados por este Município, quer às pessoas, quer às empresas.

Queria também solicitar que nos informasse qual o montante atingido pela conta solidária aberta pelo Município, bem como o valor que já saiu dessa conta para prestar auxílio às pessoas. Esta prestação de contas é essencial, dado que foram coletas feitas por pessoas singulares e por empresas, e é de toda a conveniência os doadores saberem que o dinheiro doado serviu para minimizar os prejuízos que os Oliveirenses mais carenciados tiveram com esse flagelo que os atingiu.

Queria também, que nos esclarecesse se já foi efetuada alguma reflorestação de árvores autóctones, para reposição das então ardidadas. Vê-se, através da televisão, plantação de árvores nos diversos concelhos aqui à volta, com a participação de entidades públicas e privadas. Só que aqui no Concelho, não se efetuou qualquer atividade desse género, ou então não se deu a conhecer a mesma, nos órgãos de comunicação social.

Na reconstrução das habitações, gostaria de saber qual o ponto da situação a nível Concelhio, já que não se vê, por este Concelho, a reconstrução das habitações ardidadas.

Os proprietários estão a ter o apoio para efetuar esse trabalho?

Outra situação que se verifica é o depósito dos donativos, principalmente de roupas e bens de casa, que estão armazenados no silo automóvel, no palco do Mandanelho e em diversas lojas ou armazéns. O que pensa o executivo fazer com estes bens doados?

Também gostaria de ser esclarecido, qual o ponto da situação da reconstrução da casa amarela na Bobadela. É que segundo consta, as obras estão paradas há muito tempo e com a chuva já caída e o não escoramento do edifício, já estão a cair as paredes interiores.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Trazem-me aqui, hoje, dois temas: Um dos temas tem a ver com as comunicações e sabemos que já foi algo feito nas comunicações físicas, nomeadamente as estradas, e há muito a fazer ainda. O que me traz aqui é o problema das telecomunicações móveis. Há muitas queixas das populações em geral, e de Oliveira do Hospital em particular, mas também se nota, e isto ouve-se na Comunicação Social, que há muitas comunicações móveis que ainda não foram repostas, quer a nível dos telefones fixos quer da rede móvel.

Queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos desse um ponto de situação sobre isso e também o que é que vai acontecer sobre as grandes autoestradas da informação, vulgo fibra ótica, que temos vindo a ouvir falar no Concelho de Oliveira do Hospital e Concelhos limítrofes. É referido que vamos ter essas novas autoestradas, é importante para todos nós, e essencialmente é importante para os particulares e empresas.

Um outro ponto, que eu não podia deixar passar em claro depois de ouvir aqui algumas intervenções, é sobre a questão da Saúde: A questão da Saúde no Concelho de Oliveira do Hospital tem sido referida nos diversos Órgãos de Comunicação Social de forma exacerbada e no último fim de semana de forma continuada. Acho que, de uma vez por todas, quem quer construir futuro, quem se quer afirmar na sociedade, na sociedade local de Oliveira do Hospital e no País, deve assumir os seus princípios, assumir o seu passado e assumir o seu futuro.

O que se nota, aqui, nas intervenções que são feitas, é que no dia seguinte esquecem logo o passado: Fizeram o pioro, privatizaram tudo, na área da Saúde. Puseram tudo no privado. O privado é que era bom. Se estivessem lá mais tempo tinham privatizado tudo. Agora, vêm defender o público. Isto é uma total ignorância e falta de respeito por todos nós! Há muitas pessoas que não esquecem e eu não esqueço! Tenham honra no que dizem. Isso não se faz!

A Segunda questão é relativa à intervenção da Sra. Deputada que falou aqui: Sra. Deputada há uma coisa que eu compreendi da sua intervenção quando veio dizer que houve mau trato. A Senhora na sua intervenção veio pedir público mas não está aqui ninguém para pedir público. Nós estamos aqui para defender Oliveira do Hospital, para defender os Oliveirenses e o nosso Concelho.

O último fim de semana foi do pior que pode existir em democracia. Espero que os Oliveirenses não se revejam nisso. Não tragam para esta Assembleia Municipal o que de pior há na política e na atividade que nos deve dignificar a todos.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sra. Deputada quando a Senhora fez a sua intervenção e disse “meu público” eu entendi como um lapso mas a Senhora disse, efetivamente, meu público.

Vão-me desculpar mas acho que não devemos estar sempre a criar polémicas com questões destas!

Eu entendi como um lapso porque, obviamente, não poderia ser meu público.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à questão da tragédia que ocorreu há quatro meses quero referir o seguinte: Quatro meses é pouco tempo mas, por outro lado, é muito tempo para quem perdeu totalmente uma casa de habitação e todos os haveres. Todos nós sabemos porque sentimos isso no dia-a-dia nas Freguesias onde estamos mais perto das populações e bem sabemos o que isso significa.

Houve pessoas que foram logo realojadas, não estão a viver debaixo da ponte, não estão a viver na rua. Logicamente que é legítimo que as pessoas tenham ansiedade para ver as suas casas reconstruídas e irem viver para o seu canto que sempre tiveram. Isto é legítimo para qualquer ser humano!

Quatro meses não é muito tempo mas para as pessoas que foram afetadas dessa forma representa muito tempo.

O que quero dizer com isto é o seguinte: Acabou no final de janeiro o prazo das candidaturas para recuperação das casas de habitação, ainda nem há um mês.

Pelas informações que temos os processos que estão na CCDRC são muitos. Nós sabemos e temos consciência que o processo não pode ser rápido. Sabemos também que há processos que não são fáceis.

Aquilo que eu espero, e isto é um alerta para o Executivo Municipal e para o Sr. Presidente da Câmara Municipal, é que façam chegar e sensibilizem os tecnocratas que dentro da CCDRC, por vezes, com pequenas coisas sem muita importância, não andem a retardar a decisão de avançar com a execução destes processos e com o avançar das obras. Que comecem a disponibilizar dinheiro para que as pessoas possam avançar com essas recuperações.

Agora dizer aqui uma coisa que muitas vezes me choca. Isto na política, e às vezes há pessoas que se esquecem disto. Esquecem-se de propósito porque eu não acredito que sejam ignorantes.

Choca-me muito quando vejo políticos com responsabilidades no nosso Concelho que dizem na praça pública que as pessoas estão abandonadas à sua sorte. Isto foi dito e é dito na rua por alguém com responsabilidades! É mentira!

É mentira! Quem diz isto só pode estar de má-fé. A Câmara Municipal, com todos os meios, desde a primeira hora, esteve, sempre, junto das populações.

Também as Juntas de Freguesia em colaboração com a Câmara Municipal, e estão todos os Presidentes de Junta aqui dentro, bem sabemos o que foi feito no terreno para apoiar todas as populações. Todas, sem exceção! Não houve cores partidárias, havia pessoas, e todas foram apoiadas e têm sido apoiadas até agora desde a primeira hora.

É preciso denunciar esta gente que anda a fazer afirmações destas. É preciso denunciá-los na praça pública. Lá fora as pessoas sabem que não é assim. Andam por aí alguns a levar um ou outro para as televisões para dizerem que são coitadinhos e que não lhes fizeram nada e que ninguém lhes valeu, quando é mentira o que se está a passar! Isto tem que ser denunciado meus amigos!

Tal como eu fiz outros Presidentes de Junta também o fizeram e trouxeram pessoas a esta Câmara Municipal para virem ao Gabinete de Apoio às Candidaturas para as casas e não só. Nós viemos aqui com as pessoas e não as largámos. As pessoas não estão abandonadas. As pessoas estão a ser acompanhadas, e bem, por todos nós!

Sr. Presidente da Câmara Municipal, não vou falar mais sobre a questão da Saúde. Eu bem sei o que o Senhor tem lutado. Obviamente que ainda não se atingiu aquilo que se pretendia atingir mas vai-se atingir, eu estou certo!

Os Oliveirenses vão ter um Serviço de Urgência Permanente digno. Já começaram a ter mas ainda não está tudo feito. Irá ser feito e daqui a algum tempo estaremos aqui a falar sobre isso.

Sr. Presidente da Câmara Municipal temos uma Extensão de Saúde nova na União das Freguesias de Vila Franca da Beira e Ervedal. A obra já está pronta e as pessoas estão com ansiedade para usufruírem daquelas instalações. Queria perguntar-lhe qual a data prevista da abertura daquela Unidade de Saúde?"

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Não tinha intenção de falar sobre o assunto da Saúde mas depois de ouvir algumas intervenções queria só lembrar o seguinte: Falou-se aqui que foi este Governo que criou este tipo de problemas mas isso não é verdade!

Em Lagares da Beira estivemos dois anos e meio sem médico de família e por isso não foi este Governo isto passou-se com o Governo anterior. Isto deita por terra algumas coisas que aqui foram ditas.

Relativamente ao tema da Saúde o Eng.º Carlos Maia já aqui frisou que estamos no bom caminho. E só estamos no bom caminho porque este Presidente da Câmara e este Executivo se interessaram pelo problema da Saúde, porque em outros Concelhos, onde há problemas idênticos e até mais graves, e os Presidentes de Câmara pura e simplesmente dizem, isso não é comigo. No nosso Concelho, esta Câmara e este Presidente, tem colaborado e agarraram no problema da saúde na tentativa de o resolver.

Como disse o Eng.º Carlos Maia, penso que estamos no bom caminho e, com certeza, haverá notícias em breve mas eu não quero falar mais sobre isto.

Sr. Presidente da Câmara Municipal gostaria que nos informasse sobre o problema da sinalização de trânsito e sobre as marcações das estradas porque ainda temos estradas sem marcação e com este problema dos incêndios temos sinais de trânsito que foram destruídos. Por isso, gostaria de saber se tem algum plano e gostaria de saber o que é que se vai fazer relativamente a esta matéria?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Meu Caro Nuno Rafael, eu ia responder-te directamente noutros termos mas depois da intervenção da Sra. Deputada Dra. Sofia vou-me moderar. Não interpretes nas minhas palavras qualquer tipo de condescendência, não é esse o objetivo. És, de facto, o Deputado mais novo e entendo que na casa da democracia também devemos ter, todos, alguma solidariedade porque outro Deputado com menor sensibilidade e bom senso do que eu, provavelmente, interpretaria nas tuas palavras má-fé ou ignorância. Eu não o fiz! Eu interpretei confusão e vou-te explicar porquê:

Quem destruiu e enfraqueceu o SNS em Oliveira do Hospital foi o Governo do PSD e do CDS;

Quem levou, em 2015, mil Oliveirenses para a rua, foi o Governo do Dr. Pedro Passos Coelho e Dr. Paulo Portas;

Eu percebo porque é que houve confusão da tua parte. Houve confusão da tua parte porque objetivamente tu deves ter confundido Poder Central com Poder Local, competências do Governo Central com competências das Autarquias Locais.

Quero-te esclarecer para que não haja dúvidas: O Executivo Camarário não tem competências em matéria de Saúde.

Mas eu percebo a tua confusão porque a tua confusão é legítima até porque no domínio da Saúde este Executivo tem feito muito: Fez obras nas Extensões de Saúde de Avô e do Ervedal; Subsidia a Unidade Móvel de Saúde que apoia cinquenta e cinco mil utentes e depois, para além disso, nós temos ao longo das últimas semanas já conseguimos a colocação de dois novos médicos e o lançamento de concurso para três novos médicos. Portanto, eu percebo a tua confusão!

Pedindo-te o esforço de não interpretares na minha intervenção qualquer tipo de condescendência, eu lido mal com intervenções que pretendem apenas cavalgar uma onda populista e demagógica na Saúde porque isso dá votos. E eu percebo que tu te esqueças! Percebo que venhas aqui chorar lágrimas de crocodilo. Tu, o PSD e o CDS.

Pedia apenas à Assembleia para recordarem quem é que no ano de 1989, na véspera das Eleições Autárquicas, privatizou o Hospital da Fundação Aurélio Amaro Dinis?

Quem é que levou o SAP para o Centro de Saúde?

Não foi o Governo do Partido Socialista!

Meus caros, não foi o Partido Socialista que destruiu o Serviço Nacional de Saúde. Não é o Governo do Partido Socialista (que foi quem fundou o SNS) que anda a vender a retalho o SNS há anos.

Esta é a casa da democracia, como dizia, e muito bem, a Sra. Deputada Dra. Sofia e devemos tratar-nos todos com respeito. Peço-vos é honestidade intelectual no momento das vossas intervenções. Se todos tivermos essa honestidade intelectual uns com os outros não há maior demonstração de respeito, de sensibilidade e de bom senso.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Assim realmente é complicado! O que é que o Sr. Deputado Nuno Rafael pretende concretamente?

É verdade que o Sr. Deputado falou directamente para si e por isso eu fiz o reparo correspondente e pedi ao Sr. Deputado João Ramalhete que corrigisse o facto de se estar a dirigir para si. Agora, ao nível de conteúdo, o que ele disse, o Senhor vai-me desculpar, mas não me parece que tenha havido ataque à honra. Estive muito atenta.

Já percebi que vamos ter aqui vários momentos. Foram ditas muitas verdades, quer gostemos, quer não gostemos.

Quando analisamos as políticas de Saúde do nosso País não podemos pensar que elas começaram há dois ou três anos porque elas vêm de muito antes.

Dentro do debate político, e com frontalidade, as pessoas também têm que dizer o que pensam com correcção.

Não vou dar-lhe a palavra para defesa da honra porque considero que não há matéria.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por fazer três felicitações. Em primeiro lugar gostaria de felicitar aqui o anúncio feito por uma operadora de telecomunicações para o lançamento da fibra ótica porque é da maior importância para o Concelho.

A segunda felicitação tem a ver com a empresa Salsicharia Beira Serra que foi distinguida como PME de Excelência.

Uma felicitação final para o empresário meu caro amigo Marco Dias pelo excelente projecto que está a nascer na Bobadela, o Museu do Azeite. É uma obra que vai ser uma mais-valia para o turismo. Devemos acarinhar estes jovens empresários e ainda agradecer por virem investir em Oliveira do Hospital.

Por falar em turismo, saíram recentemente os dados das dormidas e do número de hóspedes em cada cidade. Sobre esta matéria Oliveira do Hospital ficou num miserável 39º lugar, ficando mesmo atrás de Concelhos limítrofes como Seia, Nelas, Mangualde, Lousã, Mortágua. Ainda no ano passado ouvimos o Sr. Presidente da Câmara afirmar, e passo a citar “*as unidades hoteleiras estiveram completamente esgotadas nestes dias de passagem de ano*”.

A nossa pergunta é: Por onde é que andam, afinal, esses hóspedes?

Onde mora, afinal a cidade da moda?

Infelizmente não passa de mais um *slogan* de propaganda que agora é contrariado com a realidade dos factos.

Já agora aproveitamos também para questionar sobre o Turismo: Como é que está o ponto de situação sobre a Pousada do Convento de Desagravo em Vila Pouca? O Sr. Presidente, quando foi anunciado o seu fecho, disse que haveria fortes possibilidades desta vir a reabrir e até há data não nos apercebemos de nada.

Assistimos também recentemente ao anúncio, por parte do Governo para a extensão do metro de Lisboa e do Porto e gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente, no âmbito de algumas reuniões que tem havido com a Associação Nacional de Municípios sobre a Reprogramação dos Fundos. É uma informação do seu Governo esta opção política. Quando nos é dito que não há dinheiro para o IC6 e afinal depois há dinheiro para este tipo de obras. Pergunto se tem alguma informação que nos possa dar a este respeito? Afinal, há dinheiro, ou não há dinheiro?

Meus Senhores e minhas Senhoras, temos vindo também a assistir a anúncios sucessivos de investimentos de empresas no Interior. A mais recente é a empresa tecnológica Critical Software de Coimbra que vais instalar quatro centros de engenharia em quatro cidades diferentes do Interior, incluindo Tomar, levando à contratação de pessoas qualificadas. O que importa aqui questionar é: O que é que tem sido feito nesta matéria de atração de investimentos aqui em Oliveira?

Gostaríamos também de saber que pacotes de incentivos é que têm sido criados e que esforços são feitos para tentar seduzir este tipo de empresas visto que elas estão, de facto, a investir no Interior, o que pode trazer melhoria na economia e especialmente no emprego jovem?

Antes de terminar quero deixar uma proposta à consideração do Executivo. E a propósito de uma intervenção feita na última Assembleia pelo Deputado João Ramalhete, que disse que o PSD não apresenta propostas e ideias. Isto, sim, é que é desonestidade intelectual porque as propostas têm sido feitas e já desde o mandato anterior. Até o desafiava, porque o Senhor gosta tanto de desafios, a contabilizar quantas proposta o PS apresentou, enquanto oposição, e quantas é que o PSD apresentou e depois venha falar de desonestidade intelectual e demagogia política. Fica o recado!

Quanto à proposta propriamente dita, que é isso que interessa, esta tem a ver com uma proposta que poderia ser levada a cabo por este Executivo e tem a ver com a política de discriminação positiva dirigida a jovens do Ensino Secundário, Profissional ou Superior, que pretendam realizar projectos académicos aplicados em benefício do Concelho, como por exemplo a análise de dados da Autarquia ou outras aplicações das quais o Concelho possa vir a beneficiar.

O que se pretende com esta ideia é que estes jovens se interessem e se envolvam nos problemas da cidade e que são do interesse comum. Será uma

forma de virmos a beneficiar de um elemento de qualidade de vida e até melhoria na eficiência da gestão autárquica.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Devo dizer que folgo muito esta Assembleia e até se repararem, depois de ter lido a ata da última Assembleia Municipal, estou a moderar os decibéis tal e qual como a nossa Presidente me avisou, é uma recomendação que tive em boa conta, mas também não lhe prometo que assim seja sempre. Relativamente a esta Assembleia fico extremamente contente porque de há uns tempos para cá no País, e há mais tempo para cá, no Concelho, temos assistido a uma política de afetos. Felizmente o nosso Concelho é precursor em relação ao País nesse aspeto mas tem existido uma política de afetos. Esta política, curiosamente, também se tem transformado numa política de sensibilidade. Termo nomeadamente pela justificação de renúncia do Deputado Luís Lagos que será seguidamente apreciada. Bem assim como algumas intervenções que já aqui ouvi hoje que estejamos a caminhar para um excesso e um exacerbamento da sensibilidade de cada um de nós e dos políticos.

Convém que percebamos, meus amigos, que quando se está a discutir política dizemos aquilo que queremos mas ouvimos aquilo que nos querem dizer. Isso é extremamente importante.

Nós não estamos aqui só para dizer aquilo que queremos e para dizer aquilo que entendemos que deve ser dito. Estamos aqui para ouvir aquilo que cada um dos outros Deputados eleitos, tal e qual como nós por voto e por mandato popular, nos querem dizer. Nesse aspeto acho que temos que criar, tal como aqueles que têm funções públicas, uma couraça por onde, de vez em quando, resvale alguma pequena deselegância e eventualmente algum pequeno ataque.

A minha vinda aqui tinha a ver essencialmente com a questão da Saúde e era para perguntar ao Sr. Presidente o que é que tem sido feito a este propósito. Quero dizer, no entanto, que depois das perguntas que foram feitas estava praticamente a prescindir da minha intervenção mas não o pude deixar de fazer depois de algumas intervenções que aconteceram.

Desde logo, e antes de mais, fico extremamente contente e agradeço ao Deputado Eng.º João Brito a lição sobre procedimentos após a chamada de uma urgência. Mas esses procedimentos não são de agora e são procedimentos que já vêm de há muitos anos. E desde há muitos anos que neste Concelho se tem

assistido, e por vezes de forma vergonhosa, ao roubo de qualidade no Serviço de Urgência. Assistiu-se a esse roubo no momento em que de forma cobarde ninguém abriu a boca quando se transferiu para Arganil, quando se levou de Oliveira do Hospital as competências que deviam ser de Oliveira do Hospital. E não foi este Município que o fez. E não foi este Executivo que o fez. Este Executivo vai no início do terceiro mandato e isso foi feito antes. Muito antes. Nessa altura o Deputado Eng.º João Brito, se calhar já saberia os procedimentos, mas não os disse, pelo menos perante nós, o que lamento profundamente.

Como lamento profundamente que o Deputado Nuno Dias, não o chamarei ignorante, garanto-lhe, mas há uma coisa que lhe chamo: É novo, tenho muita inveja disso porque eu já fiz cinquenta, e percebo que não se recorde que aquele Senhor que ali está, de camisola azul clara, encabeçou uma manifestação no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital quando quiseram levar de cá o SAP. Foi este Senhor que o fez! Eu estava lá, curiosamente estava lá numa altura em que era militante do partido pelo qual agora o Deputado Nuno Dias foi eleito, e eu estive lá nessa altura, como estiveram lá muitas pessoas que aqui estão e que não são eleitas hoje pelas listas do PS. Estiveram lá muitos mas o Senhor não esteve porque não viu lá o actual Presidente da Câmara que já o era na altura.

Depois, devo dizer-vos que há sensibilidades que eu respeito mas que também me afetam uma delas foi não entender aquilo que o Sr. Deputado Nuno diz, e perdoe-me a Sra. Presidente por me dirigir a ele especificamente, quando falou aqui que se tem assistido aqui no Concelho a promiscuidades no âmbito da Saúde. Promiscuidades! Mas promiscuidades de quê? É muito simples dizer-se uma palavra, chutar para o ar uma palavra e ainda para mais é uma palavra engraçada. Mas convinha era que se dissesse que promiscuidades são essas? Dizer-se aqui, meus amigos, há aqui umas promiscuidades e depois não se explicar. Isso são ataques. São ataques que não deixam de ter resposta mas isso é outra questão.

Finalmente, e para terminar, quero falar da intervenção do Eng.º Rafael, a propósito das propostas. Há uma questão que desde logo anotei: A sua afirmação de que as propostas têm sido feitas desde o mandato anterior. É importante assumir isto. Desde o mandato anterior os Deputados do PSD na Assembleia Municipal têm feitos propostas. Para efeitos de história é importante e limitamos as propostas do PSD aos últimos quatro anos e meio, seja isto o que seja.

É importante que se perceba que nesta Assembleia Municipal os Deputados do PS não têm de fazer propostas. Nesta Assembleia Municipal os Deputados do PS devem aprovar as propostas apresentadas pelo Executivo e nomeadamente pelo Sr. Presidente da Câmara. Percebo que quem não tem voz no Executivo, e quem não as apresenta no Executivo, aproveite este palco e este público para o fazer mas temos de compreender porque é que isso acontece.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Dr. Rui Monteiro, quero dizer-lhe que podem ser feitas propostas aqui por qualquer Deputado.

O Executivo tem as suas funções e obviamente os problemas devem ser resolvidos ao nível do Executivo. Só quando a esse nível os problemas não são identificados se justifica que as propostas sejam aqui feitas. Penso que é o que o Senhor quer dizer.

Acabaram as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia. Tenho a agradecer a circunstância, tenho que fazer essa justiça. O Sr. Deputado Dr. Rui Monteiro atendeu ao meu pedido e, pelo menos por esta vez, moderou-se nos decibéis. Diga-se, em abono da verdade, que até nos faz estar mais atentos às suas palavras.

Passava agora a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que tem um grande caderno de encargos para responder a todas as questões.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Srs. Deputados as Sessões da Assembleia Municipal servem mesmo para isto, servem para a diversidade de opinião, para a crítica, e para fazer o progresso. O progresso não se faz por unanimidade e por isso não há problema quando há convicções ou visões diferentes.

O fogo que atingiu o nosso Concelho tem sido para nós uma grande lição de vida. Tornou-nos num Concelho mártir mas deu-nos uma lição de vida para conhecer as pessoas e sobretudo para conhecer algumas pessoas: Havia pessoas que nunca quiseram o Estado na sua discussão política (o estado não deve existir, não devemos pagar impostos) entretanto houve uma desgraça e esses mesmos, hoje, querem um Estado forte, um Estado que pague tudo. Meus caros amigos, é isto que a vida nos ensina!

Não podemos ter determinadas convicções ideológicas e quando acontece uma desgraça deste tipo mudamos essas convicções para outro extremo.

Quem fez a avaliação do trabalho do meu Executivo foi o povo nas eleições e o povo tem-nos passado no exame com nota excelente.

Vocês que são os legítimos representantes do povo têm o direito de fazer as críticas que entenderam e as análises que entenderam mas há uma coisa que eu não perdoo. Não perdoo quando nos querem atingir a honra. Uma coisa é a discussão política e as opiniões contraditórias, que se sabe que fazem parte do jogo político.

Hoje, aqui, na discussão, uma pessoa disse “entre dentes”, porque se calhar nem todos ouviram, que este Executivo era pouco hábil. Isto não tem nada de ofensivo mas é ofensivo quando se diz “entre dentes” que há interesses e que há promiscuidade na área da saúde. Eu desafio o Sr. Deputado Nuno Dias para vir aqui dizer quais são as promiscuidades que há entre os Presidente da Câmara e algum interesse na área da saúde em Oliveira do Hospital.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Para quem esteve menos atento, e o Sr. Presidente da Câmara foi um deles, quero dizer que não foi uma insinuação.

Eu fiz cinco questões: Uma delas, e o Sr. Deputado Rui Monteiro falou, e muito bem, que a política de afetos é precursora neste Concelho, eu dou-lhe esse crédito, e o Sr. Presidente da Câmara, que até é conhecido por falar com tanta gente nas ruas, certamente saberá, como habitante deste município tal como eu, que as pessoas ainda não perceberam em que tramites está a saúde em Oliveira do Hospital. Aquilo que eu lhe pedi foi o esclarecimento para perceber qual é o estado da saúde.

Falei em promiscuidade no sentido da estratégia deste Município para a saúde ou seja se o Sr. Presidente da Câmara defende ou não defende a passagem da saúde em Oliveira do Hospital para a Fundação Aurélio Amaro Dinis ou se defende, efetivamente, a saúde no SAP do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital. É apenas isto!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu estava à espera que o Sr. Deputado me pedisse desculpa porque como perceberam “a bota não bate com a perdigota”. Quando se emprega a palavra

“pouco claro”, não estava a falar de quais são as minhas opções porque as minhas opções são claras na área da saúde.

Temos que recordar, aqui, algumas coisas: Não vou buscar o que era do antigamente, vou buscar aquilo que é atual e aquilo que me preocupa. Acho que os Oliveirenses devem ter direito à saúde tal como outro cidadão qualquer porque é um direito que está na Constituição Portuguesa. Nós não somos menos do que qualquer cidadão de Lisboa, de Coimbra, ou de outra terra qualquer. Por isso, nós não queremos ter aqui as especialidades todas da área da saúde mas temos direito àquilo que é um verdadeiro serviço de urgências. É isso que eu defendo.

Os médicos de Oliveira do Hospital decidiram não continuar a fazer noites. Eu gostava de vos perguntar: Se os Senhores estivessem no meu lugar eu não deveria fazer nada ou deveria encontrar uma alternativa para resolver este problema? O que é que eu fiz? Eu encontrei um negócio para todos os Oliveirenses. Foi essa a promiscuidade que eu fiz!

Desafiei o Sr. Ministro a fazer uma coisa extremamente simples que já se fazia em Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos e Avelar. Já havia um modelo, eu até nem inventei nada!

Disse ao Sr. Ministro que eu e os Oliveirenses não aceitamos o fecho do Serviço de Atendimento Permanente e que iríamos para a rua, eu irei na frente, porque não queremos o Serviço de Atendimento Permanente fechado e o Sr. Ministro fez um protocolo com a Fundação Aurélio Amaro Dinis para continuarmos com esse Serviço de Atendimento Permanente entre as oito da noite e as oito da manhã.

Também dizer que, na minha opinião, quem tinha responsabilidades políticas para falar com as pessoas, nomeadamente com um conjunto de profissionais que faziam horas extraordinárias no Centro de Saúde e que trabalhavam durante a noite, não lhes deu satisfação absolutamente nenhuma mas não sou eu que tenho a tutela da área da saúde, nem tenho nenhum cargo hierárquico em relação aos enfermeiros, aos auxiliares, aos administrativos, aos que trabalham no Centro de Saúde.

Houve uma solução, que na minha opinião foi a melhor solução que foi possível encontrar, em alternativa de não termos atendimento entre as oito da noite e as oito da manhã.

Também sei que esta decisão não agradou aos profissionais do Centro de Saúde e eles já fizeram um abaixo-assinado que também me enviaram. Esta

decisão tem responsáveis e não é o José Carlos Alexandrino se bem que alguns até acham que sim e acham que eu quero mandar no Centro de Saúde.

Eu não quero mandar no Centro de Saúde porque trabalho já eu tenho que chegue para mim e para a minha equipa mas eu estou legitimado para defender os interesses dos Oliveirenses, para defender aqueles que não fazem manifestações, aqueles que não fazem greves, aqueles que não aparecem nas televisões.

Espero que sejam encontradas as melhores soluções porque na área da saúde não devemos estar a tirar dividendos quando estão pessoas em causa.

Esta Câmara Municipal tem hoje uma unidade de cuidados de saúde mental que se deve ao trabalho deste Executivo nomeadamente do Sr. Vice-presidente, Dr. José Francisco Rolo. Dizer também que neste momento a Câmara Municipal negocia uma Unidade de Saúde Oral para colocar no Centro de Saúde.

Sr. Deputado Nuno Rafael Dias, quero dizer-lhe o seguinte: Lá no seu partido há, com certeza, pessoas que têm negócios na área da saúde mas o José Carlos Alexandrino viveu sempre do seu trabalho na Função Pública e, por isso, os seus rendimentos têm que ser transparentes e não lhe vêm rendimentos de mais lado nenhum. Negócios na área da saúde, não são comigo!

Relativamente ao assunto sobre a recuperação das casas que foram destruídas pelos incêndios quero dizer o seguinte: Não vale a pena estarmos a falar sobre o passado, o que é importante é falarmos sobre o que está a acontecer hoje. Os processos das candidaturas para a recuperação das casas são muito complexos e têm uma burocracia tremenda.

Na próxima segunda-feira será lançada a abertura de um concurso público para a adjudicação de cerca de cinquenta e quatro casas. Estas casas são aquelas cuja recuperação custa mais de vinte e cinco mil euros.

A CCDR enviou esta semana uma lista com vinte casas onde foram pagos pequenos concertos até ao valor de cinco mil euros.

Este processo para a recuperação das casas de primeira habitação não tem sido um processo fácil. Tem sido um processo de grande desgaste. A equipa da Câmara Municipal que acompanha a elaboração das candidaturas para a recuperação das casas, que é coordenada pelo Prof. Daniel Dinis, está neste momento reunida na CCDRC e também já esteve ontem. Eu gostava que estes processos fossem mais rápidos mas tem havido um grande trabalho e tem havido um grande empenho da nossa parte.

Alguns acham que a Câmara Municipal podia fazer mais e admito que sim mas quando lidamos com estes números tão elevados nós sentimos sempre incapacidade. Ninguém mais sofre do que nós porque quem está no poder político quer dar boas respostas. Os Srs. Presidentes de Junta que estão aqui com certeza também testemunham isto porque às vezes é muito difícil dar respostas.

Esta semana apareceu na televisão uma pessoa com uma família da Freguesia do Seixo da Beira a dizer que não tinha sido ajudada e que não apareceu ninguém o que é mentira. É falso. Esta família foi acompanhada e ajudada mas é com estes números, que alguns contratam, que também se vai fazendo a vida e com os quais temos que saber lidar.

Sobre a sinalização nas estradas quero dizer que era ótimo darmos respostas e colocarmos toda a sinalização. Era uma forma de darmos um sinal que o Concelho está a andar para a frente era um sinal de esperança para as pessoas e de que já estamos a reconstruir.

Fizemos um levantamento dos prejuízos para apresentar uma candidatura de apoio financeiro e ainda não pudemos atuar porque essa candidatura não estava validada pela CCDR-C. Ainda não sabemos se vamos receber todas estas verbas ou se será só uma parte.

Dizer-vos também que recebi hoje uma carta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e gostava de vos ler o que é que foi aprovado:

- Reparação de estradas municipais - 171.847,25 €;
- Segurança rodoviária (sinalização, protecções/guardas metálicas e marcações) - 229.555,40 €;
- Intervenção em edifícios municipais - 804.976,54 €;
- Equipamento urbano complementar - 19.733,52 €;
- Equipamentos municipais de lazer - 34.395,00 €;
- Infraestruturas de saneamento básico - 15.299,74 €;
- Equipamento pesado de apoio ao combate a incêndios - 65.370,00 €;
- Outros - 172.883,00 €.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro diz o seguinte: “*O reporte de danos em equipamentos e infraestruturas municipais decorrentes dos incêndios de outubro na Região Centro apresentado por esse município se encontra globalmente em conformidade com eventuais auxílios financeiros de emergência municipal, ascendendo a um valor de despesa elegível prevista de 1.514.060,45 €.*”

Isto está aprovado, depois vamos ver qual é o valor da comparticipação, mas penso que começamos a ter condições para lançar estas obras.

Se nos tivéssemos antecipado perderíamos estas comparticipações financeiras e assim teremos dinheiro que nos dará jeito para outras coisas.

Dar-vos também uma nota que tem uma certa piada e já disse isto a alguns Governantes: A Altice vai cobrir todo o Concelho com a fibra ótica e por isso chegam mais depressa as auto-estradas da comunicação a Oliveira do Hospital do que chega uma estrada digna desse nome. Nisto, estamos no século XXI mas, no que se refere a estradas, ainda estamos no início de século XX.

Dizer-vos também que tem havido um grande esforço, por parte das empresas de telecomunicações, para efectuar todas as reparações. Tenho a promessa de que brevemente estará tudo resolvido mas a dimensão e o número de quilómetros é muito elevado.

Também tenho de dizer isto: A Altice é uma empresa privada que presta um serviço público, como vocês sabem, e este investimento que está a ser feito em Oliveira do Hospital devia ser seguido pelo nosso Governo para haver equidade no desenvolvimento.

Dizer ainda que alguns Deputados falam aqui para o Presidente da Câmara como se estivessem na Assembleia da República e pedem-me respostas pelas políticas e opções deste Governo mas tenho que dizer que estou na Assembleia Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal, e não estou na Assembleia da República.

Relativamente à Unidade de Saúde Oral: Se eu e o meu Executivo conseguirmos ter a Unidade de Saúde Oral quero dizer-vos que é uma boa notícia. É uma boa notícia ter um dentista para todas as pessoas sobretudo para aquelas que não têm dinheiro para irem aos dentistas privados. Se este investimento se concretizar a Câmara Municipal terá que participar na compra de todo o equipamento que custo cerca de trinta e cinco mil euros. Acho que vale a pena a Câmara fazer estes investimentos e dar resposta a essas pessoas mais necessitadas porque a Câmara Municipal tem atribuído subsídios de emergência para pessoas com baixos recursos para medicamentos e para tratarem a sua boca.

O Sr. Deputado Dr. Francisco Garcia falou aqui na recuperação de uma Escola Primária antiga para uma residência de artistas o que é uma proposta a equacionar porque há algumas Escolas do Primeiro Ciclo que teremos de ter coragem de perceber o que é que lhes vamos fazer. Há escolas que estão fechadas, como por exemplo em Fiais da Beira, Póvoa de São Cosme e nas

Caldas de São Paulo. É preciso encontrar soluções para estas escolas que se deverão equacionar numa discussão mais alargada.

Relativamente à modernização dos serviços da Câmara Municipal no âmbito das novas tecnologias e à utilização de aplicações para que os serviços respondam de imediato devo dizer que há um grande caminho para fazer mas esse caminho da velocidade das novas tecnologias ainda será feito neste mandato porque é fundamental.

O Sr. Deputado João Esteves fez aqui algumas perguntas. Sobre a conta solidária quero dizer o seguinte: A Câmara Municipal fez um forte investimento por causa dos fogos. Não poderia ser de outra maneira.

O que está na Conta Solidária penso que serão cerca de sessenta mil euros e quero dizer que por uma questão de princípio e respeito esta conta não teve nenhuma saída de dinheiro. Quero que aquele dinheiro seja aplicado em coisas concretas para podermos comunicar às pessoas com fotografias onde é que foi aplicado o dinheiro.

Desta vez a corrida às contas solidárias, em termos de números, não teve a dinâmica de Pedrogão Grande como se pode ver pela conta de Oliveira do Hospital.

É fundamental perceber que a Câmara Municipal já gastou com os fogos mais de quinhentos mil euros.

Por uma questão de transparência temos que decidir onde será aplicado o dinheiro da Conta Solidária. Poderá ser aplicado para apoiar na reconstrução de habitações de pessoas que não conseguem apoios devido à falta de documentos e para as quais teremos que arranjar solução. O que defendo é que haja uma coisa concreta para mostrarmos às pessoas com fotografias e podermos dizer-lhes: Quando quiser visitar Oliveira do Hospital, o seu dinheiro está aqui.

Relativamente à pergunta, se já foi feita alguma reflorestação, quero dizer que esta semana a Caule e a Quercus fizeram uma reflorestação na Ponte das Três Entradas.

Precisamos também de entender que a Câmara Municipal não pode fazer reflorestação em terrenos privados, ou seja, nós só podemos reflorestar áreas públicas.

Estamos à espera que haja um conjunto de políticas bem determinadas para a reflorestação. Essa discussão está a fazer-se e irá haver medidas concretas.

Têm sido feitas pequenas acções de reflorestações: As escolas têm feito algumas acções de reflorestação e também irá haver uma acção de reflorestação

no dia da Feira do Queijo promovida pelos Motares do Porto. Também tem havido um conjunto de entidades que nos têm contactado para fazerem acções de reflorestação.

Dizer ainda que teremos de ter algum cuidado para que esta reflorestação não seja feita de qualquer maneira. As pressas, às vezes, são más conselheiras!

Relativamente à questão da reconstrução da Casa Amarela quero dizer que as escavações arqueológicas obrigaram à paragem das obras. Dizer ainda que todas as obras na zona central da Bobadela são acompanhadas pela Direcção Regional da Cultura e esta semana houve reuniões para se reajustar o projeto.

Relativamente à Extensão de Saúde da União de Freguesias do Ervedal e Vila Franca da Beira quero dizer ao Eng.º Carlos Maia o seguinte: A obra está pronta e só falta dotá-la de mobiliário.

Também quero que fique claro que eu não defendo a abertura da Extensão de Saúde da União de Freguesias do Ervedal e Vila Franca da Beira para fechar qualquer Extensão de Saúde da zona da Cordinha. Acho que, quando tivermos médicos suficientes, devemos voltar a aproximar as Unidades de Saúde das pessoas e não afastá-las para uma zona central porque muitas vezes as pessoas mais idosas têm pouca mobilidade.

Por isso, Margarida fique descansada porque enquanto eu for Presidente da Câmara Municipal lutarei para que a Extensão de Saúde do Seixo da Beira continue aberta e a prestar serviço aos seus fregueses.

Eng.º Rafael, quero dizer-lhe o seguinte: Para o ano vai ver que Oliveira do Hospital vai ficar muito acima desses números de dormidas porque esses dados já não estão em conformidade. Se verificar o número de dormidas de 2017 vê em que posição é que nós estamos.

Também acredito que brevemente a família Álvaro fará o lançamento das obras no Hotel São Paulo. O hotel faz-nos falta e esta família não vai deixar Oliveira do Hospital sem o hotel.

Sobre a Reprogramação dos Fundos Comunitários quero dizer que integrei uma equipa que se deslocou a Bruxelas. Estivemos em Bruxelas a fazer algumas negociações durante dois dias.

Também quero dizer que quando me desloco para o estrangeiro não é a Câmara Municipal que paga as minhas despesas. Quem paga as minhas despesas é a Comunidade Intermunicipal de Coimbra.

Quanto à recuperação das casas de segunda habitação gostava de vos dar esta nota, e percebe-se que assim seja, estamos todos mais preocupados em resolver os problemas das primeiras habitações. O que tenho vindo a defender

em algumas reuniões, em conjunto com o Presidente da Câmara da Pampilhosa da Serra, é o seguinte: Se nas nossas aldeias não se recuperarem as segundas habitações elas ficarão feridas de morte para sempre e nós precisamos de encontrar soluções.

No Orçamento de Estado foi criada uma linha de financiamento e as Câmaras Municipais podem apoiar a reconstrução das segundas habitações. Se necessitássemos só de reconstruir dez habitações isso era fácil porque pagaríamos esse financiamento em dois anos e não fazíamos endividamento.

Fiz a seguinte proposta ao Sr. Ministro-adjunto da Presidência, Cisa Vieira: Para pessoas com baixos rendimentos o Governo deve financiar em 75% e a Câmara Municipal em 25%. Para pessoas com mais rendimentos deve haver outro nível de apoios.

Acredito que se não se gastar a totalidades das verbas previstas para a recuperação das casas de primeira habitação poderá haver apoios para as segundas habitações.

Relativamente à questão do IC6 quero dizer que ontem realizou-se aqui uma reunião com o Secretariado Nacional da UGT e eles aprovaram uma resolução sobre as obras do IC6. O que se tem vindo a dizer, e é importante dar velocidade, é que se está à espera que o Sr. Ministro das Finanças viabilize a despesa de dois milhões de euros para se lançar o projecto.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre a questão do IC6 quero referir que o dito projecto tem que entrar na APA até agosto. Se não entrar até agosto o projecto caduca.

Se não entrar na APA até agosto o projecto de impacto ambiental pára e tem que se voltar ao princípio. Eles sabem isso muito bem. Eu acredito que têm que dar toda a força para o projecto entrar porque o prazo já não é prorrogável.

Informe-me dentro do Ministério do Ambiente e isso está divulgadíssimo pelas Infraestruturas de Portugal. Eu acredito que não podem falhar nisso. Acho que seria muito mau se falhassem essa data.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Na atividade desenvolvida, saliento com agrado o apoio prestado no âmbito do social, já que também atravessámos um período de cordialidade e de

solidariedade que foi a época Natalícia, e tudo o que se faça para as pessoas se sentirem mais felizes é muito agradável e dignificante.

Quanto aos trabalhos realizados, notou-se um esforço do município em repor situações criadas pelo drama dos incêndios, principalmente virados para a execução das limpezas, cuja sujidade foi originada também pela queda das primeiras chuvas.

No que se refere à parte financeira, continua com bons índices de fraco endividamento, o que é bom para a “saúde” financeira da autarquia. Tem uma dívida muito reduzida, o que lhe dá elenco para se alavancar com investimentos, o que é bom.

No entanto, tenho que questionar o seguinte:

Estão a ser efetuadas obras de grande vulto, como por exemplo, o saneamento e águas na Estrada Nacional 17, em Gavinhos de Baixo e a construção das dez ETAR's, e o que se verifica, no mapa da dívida a fornecedores e prestadores de serviços, é que não contempla qualquer importância a pagar, pela sua prestação.

Será que não houve neste período qualquer fatura processada pelos prestadores do serviço e ainda não paga? Ou as faturas apresentadas são pagas logo no ato da sua entrega?”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à reflorestação queria perguntar ao Executivo qual é o ponto de situação da reflorestação do Município e se há alguma estratégia do Executivo para a reflorestação dos baldios?

Perguntar também de que forma poderá ser rentabilizado o projecto da BLC3 de reaproveitamento de resíduos lenho-celulósicos para produzir biocombustível?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Esteves quero dizer o seguinte: Sei que não foi por amizade que elogiou a atuação deste Executivo em algumas áreas. Sei que o fez por honestidade política.

Dizer ainda que na Câmara Municipal tem havido sempre preocupação com o equilíbrio financeiro. O equilíbrio financeiro é fundamental.

O País não estava como está se houvesse outros equilíbrios em algumas decisões.

Para mim é fundamental ter a Câmara Municipal a funcionar e a assumir os compromissos.

Se olharem para a informação financeira que vos foi enviada podem verificar quais são os fundos que estão disponíveis.

Há um conjunto de obras de grande dimensão que passo a citar: Escola Secundária de Oliveira do Hospital, com uma verba de cerca de um milhão de euros; Nova Casa da Cultura, com uma verba de cerca de um milhão e meio; Avenida Vergílio Ferreira com perto de um milhão de euros; Entrada de Travanca de Lagos. Reparem que nestas obras estão cerca de três milhões e meio. Estes três milhões e meio estão comprometidos mas não têm a receita que está alocada a estas obras. Estas obras têm financiamento de 85% mas as candidaturas ainda não estão aprovadas.

Estas obras estão cabimentadas e, por isso, este dinheiro está reservado na totalidade, o que cria alguma dificuldade na aprovação de alguns subsídios.

Quando vier a aprovação das candidaturas passa a haver uma receita correspondente a 85% do valor destas obras.

Temos três milhões e meio de euros que não podemos mexer e isto cria-nos alguns problemas sobretudo na atribuição de subsídios.

Também dizer que estou muito preocupado por causa das empresas de Oliveira do Hospital porque no dia 1 de janeiro de 2018 entraram em vigor novas regras para a contratação pública com adjudicação direta. Nós sempre privilegiámos as empresas de Oliveira do Hospital mas com estas novas regras teremos que recorrer a outras empresas.

Sempre defendi as empresas de Oliveira do Hospital e continuarei a fazê-lo dentro do quadro legal.

Dizer também que os baldios têm entidades gestoras próprias.

Era para vos fazer um convite no final desta Sessão da Assembleia Municipal mas vou fazê-lo agora: Gostaria muito de vos convidar para estarem presentes na segunda-feira no programa Prós e Contras que, na minha opinião, tem um tema muito bom. A Dra. Fátima Campos Ferreira queria fazer um programa Prós e Contras especial em Oliveira do Hospital e esse programa será feito a partir da BLC3. O debate será sobre a coesão e o desenvolvimento futuro dos nossos territórios do interior e sobre quais as medidas a aplicar para nos tornarmos num País mais solidário e mais coeso.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Calendarização das Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para o ano de 2018, e tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A Calendarização das Sessões da Assembleia Municipal não é obrigatória mas no âmbito da transparência das Autarquias é recomendado que sejam calendarizadas as Sessões da Assembleia Municipal.

Na primeira Sessão desta Assembleia Municipal tinha colocado a hipótese de calendarização das Sessões com o objectivo prático de programarmos melhor as nossas vidas.

Assim sendo, pedia ao Sr. Primeiro Secretário para ler a proposta de calendarização para depois procedermos à votação.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para ler a proposta de calendarização das Sessões da Assembleia Municipal para 2018:

“Proposta de Calendarização das Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para o ano de 2018 - Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, nos termos do nº 1 do artigo 27º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, em sessão ordinária, com vista à discussão do Ponto II da Ordem do Dia - Calendarização das Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para o ano de 2018.

Efetuada a apreciação a Mesa da Assembleia Municipal propõe a seguinte calendarização para das Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para o ano de 2018: 27 de abril de 2018; 29 de junho de 2018; 28 de setembro de 2018 e 28 de dezembro de 2018.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“São sempre datas encostadas ao fim do mês porque, como sabem, acaba sempre por ser mais produtiva a realização das reuniões no final do mês.

Mantivemos a sexta-feira à tarde porque é o dia mais consensualizado e também sei que previamente houve bastante discussão sobre este assunto.

Submetia este tema à vossa consideração para depois efetuarmos a votação.

Vou dar um período curto para a discussão deste Ponto II.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Penso que já será do conhecimento de todos a nossa posição sobre esta matéria e voltamos a referi-lo aqui novamente.

No nosso entender as Sessões da Assembleia deveriam realizar-se em horário pós-laboral. Bem sei que alguns Deputados do PS não têm esta opinião por uma questão de disciplina partidária.

Portanto continuamos a afirmar que o horário mais justo seria o horário pós-laboral. Quem trabalha no sector público tem mais tolerância mas quem trabalha no sector privado torna-se complicado estar presente.

Voltamos a afirmar a nossa posição e temos uma proposta para apresentar à Mesa com datas alternativas.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero fazer um breve esclarecimento: Esta é uma matéria que é competência da Mesa, como sabem, mas considero que é de bom princípio discutir esta calendarização com a Assembleia para termos, dentro do possível, posições consensualizadas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Aceitando o repto da Sra. Presidente da Assembleia Municipal penso que poderíamos chegar a um consenso e parece-me que com a mudança para o horário pós-laboral ou para o sábado à tarde seria bom para podermos ter mais gente da sociedade civil a assistir às Sessões da Assembleia Municipal o que até era importante para o esclarecimento de todos os Municípios.

Posto isto, parece-me que não era de mau grado que o horário se pudesse manter mas que fosse ao sábado ou à sexta-feira, à noite. Acho que seria melhor para a vida democrática em Oliveira do Hospital. Na sexta-feira, à noite, bem sei e compreendo que depois poderá acabar de madrugada.

Se calhar, e para que houvesse consenso, penso que no sábado à tarde haveria mais gente a assistir a estas Sessões o que me parece que seria importante.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero lembrar-lhes que nas últimas Sessões temos tido 99% de presenças apesar de se realizarem numa sexta-feira à tarde.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Logicamente que eu vou discordar do horário proposto. Esta minha discórdia não é de hoje.

Tendo em conta o que fui eleito como Membro inerente desta Assembleia Municipal será bom estar presente nas Sessões da Assembleia Municipal.

Nos termos da lei sei que tenho direito para me ausentar do trabalho nestes dias. Estamos a falar em cinco ou seis Sessões por ano.

Penso que seria de bom-tom, para valorizar mais esta Assembleia, estarem aqui o número máximo de representantes eleitos.

A minha proposta será ao sábado de manhã.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“A minha opinião é igual à do Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe Oliveira, porque para quem está no ativo é muito difícil estar aqui à sexta-feira no horário laboral.

Para quem não está no ativo, é funcionário público ou trabalha aqui na Câmara é fácil.

Também concordo que as Sessões da Assembleia deveriam ser realizadas em horário pós-laboral ou ao sábado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Desde que alteraram o horário de realização destas Sessões da Assembleia que venho aqui dizer que sou contra.

O Grupo do PS andou anos a “berrar” nesta Assembleia para que fosse ao sábado e agora, os mesmos, querem que seja à sexta-feira. Então, mudamos consoante o que nos convém no momento?

Sempre exigimos que as Sessões da Assembleia fossem realizadas ao sábado mas em determinado momento o PS decidiu o contrário. Ao sábado teríamos mais público a assistir às Sessões da Assembleia Municipal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Esta questão já foi aqui abordada uma série de vezes.

É importante referir que numa grande parte dos Municípios as Sessões da Assembleia Municipal são feitas durante os dias de semana.

Gostaria de felicitar a Sra. Presidente da Assembleia Municipal por trazer este assunto à discussão.

Dizer ainda que temos por ano cinco Sessões Ordinárias e por isso serão só cinco sextas-feiras. De qualquer das maneiras, para quem não possa estar presente, há sempre a possibilidade de substituição.

Pessoalmente concordo com este horário de sexta-feira porque no passado quando o horário era pós-laboral estávamos aqui até às quatro ou cinco da manhã. As pessoas a partir da meia-noite já nem têm discernimento natural para poderem discutir seja o que for.

Na minha opinião acho que este horário e este dia de sexta-feira é bom para se fazerem as Sessões da Assembleia Municipal.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tenho uma posição absolutamente aberta em relação a este tema. Percebo os argumentos, quer de um lado quer do outro.

Temos duas propostas: Temos a proposta da Mesa da Assembleia Municipal, que já foi apresentada aos Srs. Deputados e temos a proposta do PSD.

Peço ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa que nos leia a proposta apresentada pelo PSD.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Proposta de calendarização das Sessões da Assembleia Municipal - O Grupo Municipal do PSD vem a esta Assembleia Municipal propor a seguinte calendarização para próximas Sessões da Assembleia Municipal do ano de 2018: 21 de abril; 23 de junho; 22 de setembro e 22 de dezembro.

Propomos ainda que estas devem ser realizadas em horário pós-laboral.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A proposta do PSD será a proposta 1 e a proposta da Mesa será a proposta 2.

Passaríamos de seguida à votação das propostas.”

Não havendo mais intervenções, foram colocadas à votação as duas propostas apresentadas no Ponto II da Ordem do Dia.

Efetuada a votação, a proposta 1 foi reprovada por maioria, com dez votos a favor e uma abstenção.

Efetuada a votação, a proposta 2 foi aprovada por maioria, com oito votos contra e duas abstenções.

Efetuadas as votações das duas propostas referentes ao Ponto II da Ordem do Dia, o calendário das Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para o ano de 2018 é o seguinte: 27 de abril de 2018; 29 de junho de 2018; 28 de setembro de 2018 e 28 de dezembro de 2018.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Venho justificar o meu voto a favor na proposta apresentada pelo PSD e a minha abstenção na proposta apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.

Reforço aqui o meu desagrado pela realização das Sessões da Assembleia Municipal à sexta-feira a esta hora.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte declaração de voto:

“Este tema já foi aqui debatido e votado muitas vezes e já sabemos que é um tema que não tem consenso.

Não concordo com a realização das Sessões da Assembleia Municipal em horário pós laboral porque as Sessões terminariam às quatro ou cinco da manhã como acontecia no passado. Como referiu o Sr. Raul Dinis depois da uma da manhã já não há capacidade para analisar os assuntos em consciência.

Votei favoravelmente a proposta apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal porque, como foi referido, a maioria das Câmaras Municipais realizam as Sessões da Assembleia Municipal durante a semana.

A Lei permite a dispensa para as atividades laborais e as pessoas quando foram propostas para serem eleitas sabiam perfeitamente que teriam esses problemas e deveriam estar preparados para isso.

Penso que nos devemos unir à vontade da maioria dos Membros desta Assembleia Municipal e essa maioria defende a realização das Sessões à sexta-feira a esta hora.”

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e decisão sobre a justificação de renúncia ao mandato do Membro da Assembleia Municipal Luís Miguel Ruivo Lagos, nos termos do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal, bem como do disposto no n.º 7 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Este Ponto III está relacionado com o pedido de renúncia ao mandato pelo Membro da Assembleia Municipal Dr. Luís Lagos.

Decidi agendar este Ponto na Ordem do Dia em cumprimento do que está estipulado no nosso Regimento e na legislação geral de enquadramento.

O Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no seu artigo 34.º, n.º 1, refere que os Membros da Assembleia têm o direito de renúncia.

A renúncia é efetiva a partir da apresentação do pedido.

O n.º 2, do artigo 34.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, refere que a Assembleia Municipal na primeira reunião a seguir à apresentação do pedido de renúncia aprecia e decide sobre a justificação apresentada.

Já agora, importa dizer que essa apreciação e decisão não tem qualquer efeito sobre a efetiva renúncia porque ela já se concretizou.

De acordo com a letra da Lei este Ponto teria que ser agendado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho pena que esta tenha sido a decisão do amigo e conterrâneo Dr. Luís Lagos. Gostava de o ver aqui nesta Assembleia Municipal. Era uma pessoa interventiva e é bom que haja diversidade de opinião porque isso também enriquece o debate e contribui para um bom exercício do Executivo.

Não podemos obrigar nenhum Deputado a estar presente mas queria manifestar que tenho pena que ele se vá embora.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este assunto queria, mais uma vez, felicitar a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal porque este era um assunto apenas para dar conhecimento.

Este pedido de renúncia é uma decisão do Dr. Luís Lagos e esta Assembleia Municipal só terá que respeitar.

Quero desejar-lhe as maiores felicidades na sua vida particular e profissional e nós cá continuaremos a olhar pela política.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao facto de eu agendar este Ponto quero dizer o seguinte: Entendo, e não me tenho dado mal, que enriquecemos sempre quando debatemos os assuntos.

O assunto podia não ser um Ponto da Ordem do Dia mas teria sempre de ter uma apreciação porque isso está estipulado na Lei.”

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais do Município de Oliveira do Hospital.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto IV é referente a um documento técnico e por isso peço ao Coordenador do Serviço de Água e Saneamento do Município de Oliveira do

Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a apresentação do Ponto IV referente ao Projeto de Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais do Município de Oliveira do Hospital.

Em nome do Município quero apresentar ao Coordenador do Serviço de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pina os meus cumprimentos pelo excelente trabalho que tem desenvolvido, bem como a toda a equipa do Serviço de Água e Saneamento.

Durante os incêndios os trabalhadores do Serviço de Água e Saneamento trabalharam muitas horas tal como também outros trabalhadores do Município.

Dizer também que estes trabalhadores do Serviço de Água e Saneamento não quiseram receber as horas extraordinárias que efetuaram durante os incêndios.

Se a Sra. Presidente da Assembleia Municipal permitir dou a palavra ao Eng.º Rui Pina para apresentar este Ponto IV - Projeto de Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais do Município de Oliveira do Hospital.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Coordenador do Serviço de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“O Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais do Município de Oliveira do Hospital é um regulamento completamente novo, não existia no Município.

Este regulamento foi criado a pensar na necessidade do Município se defender na gestão dos resíduos industriais.

Com este Regulamento o Município poderá controlar melhor os resíduos que nos chegam à rede de águas residuais e poderá fazer com que as empresas tenham mais preocupação com os resíduos que vão para a nossa rede.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Ainda bem que o Regulamento é novo. Eu diria até que já vem tarde. Realmente a gestão da água, a gestão dos recursos hídricos e a gestão dos sistemas de drenagem de águas residuais urbanas necessitam destes regulamentos.

O Regulamento prevê que algumas águas residuais industriais se possam misturar mas com regras. Aliás, também é o cumprimento de legislação que está em vigor - a Lei da qualidade da água.

O Município de Oliveira do Hospital, nesta matéria, está a dar resposta a uma obrigação.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Estive a ler com bastante atenção este regulamento. Achei que estava muito bem concebido.

Acho muito bem que este regulamento seja feito e que entre em vigor o mais rapidamente possível porque era preciso regularizar todo o sistema de descargas de águas residuais.

As águas residuais vão para os coletores de esgotos e têm que ser tratadas por isso tem de haver regras.

Acho muito bem e concordo plenamente com este regulamento e por isso dou os parabéns a quem o fez.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado João Esteves, estamos completamente de acordo, e ainda bem.

Quero felicitar o Presidente da Câmara Municipal, o Executivo, os Técnicos. Está aqui um excelente trabalho que vem regulamentar as descargas de águas residuais industriais.

A água é um bem essencial, como todos sabem, e é também um bem escasso e por isso tem que ser bem tratada.

Este regulamento é essencial para o Concelho de Oliveira do Hospital.

Deixava dois alertas para o seguinte: De seguida é necessário fazer fiscalização e controlo e se necessário a aplicação de sanções. É necessário verificar se as indústrias estão a cumprir mas também é necessário fazer a devida campanha de divulgação deste Regulamento junto das indústrias do nosso Concelho para que o Regulamento seja posto em prática.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto IV quero referir que quem assinou a Portaria que regulamente este assunto foi a Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, em 27 de dezembro de 2010, ou seja, a nossa Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tal como referiu o Eng.º Carlos Inácio, obviamente que após a aprovação do Regulamento deve haver um período de divulgação e de sensibilização.

A minha experiência profissional ensinou-me, e eu estive envolvida na produção legislativa na área do ambiente, que após a aprovação dos documentos é necessário efetuar um período de sensibilização a sua implementação era muito mais rápida e efetiva e todos ganhavam com isso.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais do Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto V, relativo ao projeto de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Oliveira do Hospital, queria dizer o seguinte: Este Regulamento teve um parecer de aprovação da Entidade Reguladora, ERSAR. A ERSAR deu-nos algumas indicações para modificação.

Este projeto de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas já foi a reunião de Câmara, já esteve em discussão pública, e depois voltou novamente a reunião de Câmara já com determinadas mudanças.

Esta parte das alterações do Regulamento de Saneamento das Águas Residuais Urbanas acho que trazem justiça.

Dizer que o Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas ainda dá prejuízo porque somos obrigados a cumprir com índices que são imposições da ERSAR e também porque há um conjunto de IPSS e Juntas de Freguesia que não pagam água e por isso não pagam as taxas de saneamento.

Já reunimos com as IPSS e Juntas de Freguesia e já informámos que iríamos colocar contadores de água para que sejam feitas leituras porque assim é mais fácil verificar quando há ruturas.

Dizer também que muitas vezes são os leitores cobradores que detetam as ruturas e que avisam os consumidores.

Na minha opinião este é um sector muito sensível e este regulamento vem aproximar-nos mais daquilo que a ERSAR nos exige.

Estou preocupado porque a equipa do Serviço de Águas trabalha também aos sábados e domingos e esta equipe é formada com pessoas com alguma idade e precisa de ser rejuvenescida.

Considero que o sector das águas é um sector estratégico. Hoje as pessoas valorizam mais quando falta a água do que quando falta a electricidade.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Coordenador do Serviço de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“Como disse o Sr. Presidente da Câmara Municipal estas alterações ao Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Oliveira do Hospital tem em vista o aperfeiçoamento e clarificação de algumas normas tendo em conta as indicações da Entidade Reguladora ERSAR.

Com este regulamento toda a gente passará a ter ativo o serviço de saneamento na sua fatura e o Município garante a limpeza de todas as fossas particulares. Existe também outra alteração que é a imputação de responsabilidades porque muitas vezes existem consumos abusivos.

Temos também uma alteração para evitar custos desnecessários com as cobranças nos débitos diretos. Com esta alteração após um determinado número de cobranças não conseguidas o débito direto é automaticamente cancelado.

Existe também uma alteração relacionada com o pagamento faseado e também estão contempladas tarifas especiais para utilizadores domésticos nomeadamente os tarifários de coesão social que terão uma tarifa fixa que é atribuída mediante os rendimentos.

Existem também tarifários especiais que são aplicados aos Bombeiros Voluntários no ativo como forma de incentivo ao voluntariado.

Temos também um tarifário de coesão social para utilizadores não-domésticos e neste caso poderão ser aqui incluídas as IPSS, Freguesias, Estabelecimentos de Ensino, Organizações sem fins lucrativos.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Estive a analisar este Regulamento. Acho que está bem feito.

Tenho apenas uma dúvida: O artigo 69.º- Direito de Reclamar, na página 33, no n.º1 diz o seguinte: “*Aos utilizadores assiste o direito de reclamar, por qualquer meio, perante o Município de Oliveira do Hospital, contra qualquer ato ou omissão desta ou dos respectivos serviços ou agentes, que tenham lesado os seus direitos ou interesses legalmente protegidos.*”

Depois, fala no acesso à reclamação mas não diz qual é o prazo da reclamação previsto, nem diz que o prazo é remetido para o Código de Procedimento Administrativo. Acho que devia ficar clarificado qual é o prazo para reclamar.

Também acho que o n.º 5 deste mesmo artigo 69.º não está correto porque diz o seguinte: “*A reclamação não tem efeito suspensivo, exceto na situação prevista no n.º 5 do artigo 62.º do presente Regulamento.*”.

Ora, o artigo 62.º não tem cinco números, só tem três e, por isso acho que aqui deve ser o artigo 61.º.

Quanto ao prazo de reclamação o artigo 191.º do Código do Procedimento Administrativo diz o seguinte: “*quando a lei não estabeleça prazo diferente, a reclamação deve ser apresentada no prazo de 15 dias*”.

O artigo 187.º do Código do Procedimento Administrativo também diz que este prazo poderá ser de um ano, no caso de reclamação ou recursos contra a omissão ilegal de atos administrativos.

Esta situação tem que ser analisada. Acho que não está correto.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não sei se esta alteração nos obriga a enviar novamente o Regulamento para a ERSAR?

Acho que quando os prazos estão omissos eles são aplicados como o Deputado João Esteves referiu, ou seja, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

A minha preocupação é a seguinte: Nós queremos que este Regulamento, depois de ser publicado, entre em vigor o mais rapidamente possível mas também acho que seria importante incluir qual o prazo para a reclamação.

Os Regulamentos alteram-se conforme as necessidades e os novos desafios. Temos aqui um conjunto de Regulamentos adaptados à realidade e à legislação vigente.

Este Regulamento tem um sentido de sensibilidade social enorme, nomeadamente para proteger os mais frágeis e os cidadãos de mais baixos recursos, promovendo mais responsabilidade no uso sustentável da água enquanto bem escasso.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Acho que com a redacção que está os prazos são definidos nos termos do Código de Procedimento Administrativo.

Penso que a sugestão é colocar a questão à ERSAR e poderemos passar à votação do Regulamento porque ele tem condições para isso.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Oliveira do Hospital.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Coordenador do Serviço de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“As alterações a este Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Oliveira do Hospital são, na sua essência, basicamente as mesmas que foram feitas ao Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Oliveira do Hospital.

Este Regulamento pretende adequar as normas às recomendações tarifárias da Entidade Reguladora nomeadamente a nível de escalões. São feitas pequenas alterações processuais que vão ao encontro das recomendações da ERSAR.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Ponto VI, referente ao Projeto de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Oliveira do Hospital, gostaria de dizer umas palavras também relacionadas com os Regulamentos anteriores: Já foram falados os aspetos técnicos mas eu gostaria mais de abordar os pontos políticos dos Regulamentos que merecem a minha total concordância.

No âmbito dos Tarifários Especiais gostava de referir a possibilidade da Câmara Municipal aplicar isenções nas situações de maior carência.

Os Tarifários Especiais não são só para as pessoas mais carenciadas mas também não prejudicam as famílias mais numerosas.

Estes Tarifários Especiais ajudam e promovem a actividade associativa e também a actividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social e também há um tarifário para a coesão social.

Referir também que os Tarifários Especiais são aplicáveis aos Bombeiros Voluntários no ativo.

Referir também outro ponto que me parece de justiça social, e esperemos que não seja utilizado, e que é, não cobrar as tarifas fixas, no caso de água utilizada no combate aos incêndios.

Da minha parte eram estes os pontos que me parecem essenciais nestes Regulamentos.

Este regulamento de acesso à água, que é um bem essencial, deve merecer a nossa aprovação.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Não resisto a fazer uns comentários porque eu trabalhei sete anos na ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos e queria dizer-vos o seguinte: Estes serviços de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais urbanas e depois com a sua interface com as descargas de águas residuais que podem ir para a rede urbana, bem como a gestão de resíduos urbanos, são serviços públicos essenciais. Quer isso dizer o quê? São essenciais à qualidade de vida das pessoas.

A água adquiriu um estatuto acrescido. É um direito humano.

Portugal fez um caminho notável neste domínio nos últimos vinte e cinco anos. Contrariamente ao que se pensa somos bastante apreciados lá fora. Por exemplo, na área dos resíduos eu tenho ido, várias vezes, dar nota do que foi feito e outros vão falar do que aconteceu no domínio da água.

No que respeita à disponibilização destes serviços eles constitucionalmente são competência dos Municípios.

Em 1993 era necessário estruturar o País, no que respeita a estes serviços. Os Municípios que tinham capacidade técnica para poderem cumprir todos os requisitos técnicos, porque isto são serviços que requerem muito conhecimento, de engenharia, de biologia, de direito, da economia, organizaram-se para responder aos desafios.

Na prestação do serviço levantam-se também muitas questões jurídicas como por exemplo na questão dos tarifários especiais. Todos estes aspetos têm que ser analisados.

A prestação destes serviços acabou por levar a que se criassem outras opções para a disponibilização nomeadamente fazendo agrupamentos de Municípios e fazendo concessões. Aqui nesta Assembleia falei nisso, ainda aqui estão alguns que se lembram, nomeadamente o nosso Presidente da Câmara porque éramos aqui Deputados.

Eu fui, à época, uma das pessoas que defendeu que o nosso Município tinha a ganhar com a inclusão nas Águas do Zêzere. Eu sei que depois houve muita polémica e muita “politiquinha” pelo meio, mas foi bom.

Quero dizer-vos o seguinte: Nós temos indicadores notáveis. Eu tenho uma netinha que tem sete meses. Hoje ela anda pelo País e fazem-lhe o biberão com a água da torneira. Isto era impensável no tempo em que eu criei os meus filhos! Eu ia de termo com água fervida para fazer os biberões às crianças. As pessoas não valorizam o que isto representa e as repercussões positivas que tem na saúde de todos nós e também na atractividade. Nós temos muita gente estrangeira que nos visita e quando nos visita olha para indicadores como a

qualidade de água que se consome, a qualidade de água nos rios e nas praias. Isto é um ganho civilizacional.

A Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, a exemplo do que fazem todos os reguladores, aqui, e nos outros Países que têm regulador, tem produzido um conjunto de recomendações, apesar de ser competência do Município a prestação destes serviços com qualidade.

A elaboração destes Regulamentos e a sua ida para apreciação e parecer da ERSAR resulta precisamente de se pretender que o saber e o conhecimento, que acabou por ser concentrado na Entidade Reguladora, depois, seja passado para todo o território para que progressivamente todos tenhamos estes serviços disponíveis com qualidade equiparada.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 160.000,00 (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município, para a promoção de atividades de natureza corrente de cariz cultural, social, recreativo e de valorização da economia local, bem como para a realização de outras ações de relevante interesse para as Freguesias.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto VII sobre o subsídio às Freguesias quero dizer o seguinte: Como sabem este é um primeiro subsídio. É um subsídio justo e depois haverá mais um subsídio que engloba cerca de seiscentos mil euros e que espero trazer na próxima Assembleia de abril.

No meu primeiro mandato os subsídios às Juntas de Freguesia não precisavam de subir à Assembleia Municipal para serem aprovados porque eram da competência da Câmara Municipal mas com as alterações legislativas estes subsídios agora têm de subir à Assembleia Municipal o que muitas vezes

nos dificulta atribuir subsídios quando as Juntas de Freguesia precisam de dinheiro nomeadamente para a realização de obras.

O próximo subsídio para as Juntas de Freguesia vai ser dividido em duas tranches. Se não trouxermos o próximo subsídio à Assembleia de abril, teremos que marcar uma Assembleia Extraordinária, ou então o próximo subsídio só virá à Assembleia de junho mas isso iria dificultar a ação das Freguesias.

Dizer ainda o seguinte: O Deputado João Esteves fez aqui uma pergunta, que achei piada, porque no mapa da dívida a fornecedores nós devemos zero.

É preciso perceber porque é que devemos zero. Estamos a pagar as empreitadas todas e não devemos nada a ninguém por uma razão: Como vocês sabem, só na área de saneamento temos, neste momento, um investimento superior a dois milhões de euros em obras. Estas obras de saneamento são comparticipadas em 85% mas o Município tem de pagar as obras na totalidade, para depois nos devolverem os 85%, e quanto mais depressa pagarmos mais depressa recebemos.

Dizer ainda que há organismos que nos pressionam muito para fazer as obras que são comparticipadas pelo Quadro Comunitário por causa do nível de desempenho que é preciso apresentar a Bruxelas.

No mandato anterior havia um Senhor que achava que quem fazia estes mapas com a informação financeira do Município era o Presidente da Câmara Municipal mas, estes mapas, que são enviados para os Membros da Assembleia Municipal, vêm da Contabilidade, e não sou eu que faço estes mapas. Que fique claro!

Para terminar, dizer que acho justo a atribuição deste dinheiro às Juntas de Freguesias e, agora, é ainda mais justo.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Entretanto o Eng.º Rui Pina já saiu e não tive oportunidade de lhe agradecer os esclarecimentos que trouxe à Assembleia.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto VII relativo ao apoio para as Freguesias quero dizer que vou votar favoravelmente.

Quero também fazer uma sugestão ao Executivo: Por uma questão de justiça acho que estes subsídios para as Freguesias não deviam ser atribuídos de

forma igualitária. Acho que este subsídio poderia ter um teto mínimo mas as Freguesias com maior número de habitantes deveriam ter direito um subsídio maior.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto, como é óbvio, vamos votar favoravelmente.

Achamos que qualquer euro será bem empregue pelas Junta e é da mais inteira justiça a atribuição deste subsídio.

Apenas gostaríamos de deixar aqui uma sugestão para o futuro que achamos pertinente. Esta sugestão tem a ver com a tabela que nos foi enviada e achamos que seria interessante serem incluídos projetos de intenções para sabermos em que áreas é que vão ser aplicados estes subsídios. Seria no nosso entender uma forma de clarificar o que estamos aqui a votar. Fica a sugestão.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, acho que é de uma dignidade extrema a postura que o Senhor tem tido desde que chegou ao poder na distribuição de subsídios pelas Juntas de Freguesia não olhando nem as cores partidárias e olhando simplesmente às necessidades que todos os Presidentes de Junta têm independentemente da grandeza da sua freguesia, estão todos no mesmo pé de igualdade para proporcionarem aos seus fregueses as mesmas condições de acessos as mesmos benefícios que a Câmara entende proporcionar. Podemos ser uma Freguesia a com menos habitantes mas certamente que os que lá vivem têm os mesmos direitos que os fregueses que habitam em Freguesias com maior dimensão. Talvez estas Freguesias que têm menos gente tenham dificuldades acrescidas, porque estão mais distantes ou porque não têm infraestruturas iguais àquelas onde sempre foram atribuídos subsídios esquecendo-se das pequenas Freguesias, como é o caso daquela onde eu habito.

O Senhor deu mais uma prova de grande dignidade e de grande solidariedade para com todos independentemente do Partido pelo qual foram eleitos e independentemente do número de habitantes.

Sr. Presidente, dou-lhe os meus parabéns. Em meu nome e em nome dos meus fregueses, muito obrigado pela sua solidariedade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto relativo ao subsídio às Juntas de Freguesia obviamente que isto já foi falado e analisado previamente com os Presidentes de Junta e com o Presidente da Câmara.

Ser-se Presidente de Junta nunca foi fácil mas tempos houve em que as coisas eram bem mais difíceis do que são hoje porque, infelizmente, a relação e apoio às Juntas de Freguesia funcionava de forma diferente. O que se passava era totalmente diferente do que passou a acontecer a partir do momento da entrada deste Executivo Municipal.

Isto foi feito como o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Castanheira, disse, e muito bem, foi feito com dignidade. O objetivo foi também, entre outros, dar dignidade aos Presidentes de Junta.

Dizer-se que estes subsídios que a Câmara Municipal ao longo destes últimos anos tem transferido para as Juntas são importantes particularmente porque as Juntas de Freguesia sabem-no aplicar bem.

Para além disso, tem um aspeto extremamente importante porque longe vai o tempo, e eu tive a sorte, enquanto Presidente de Junta, de não passar por esse tempo, em que os Presidentes de Junta passavam horas ali, naquelas escadas, particularmente os que eram da oposição, não eram da cor do Presidente da Câmara, à espera para tentar pedir umas migalhas para a sua Junta de Freguesia. Esse tempo passou e espero bem que nunca mais voltem a acontecer dentro desta casa situações desse tipo para bem da dignidade das pessoas que são eleitas e para que as populações possam continuar a ter algum desenvolvimento feito pela sua Junta de Freguesia. É importante que as Junta de Freguesia possam ter meios para resolver qualquer dificuldade que possa aparecer no momento. Isto tem a ver com dignidade dos cargos e das pessoas. Esse é que é efetivamente o grande mérito desta medida que foi implementada por este Executivo Municipal. Sr. Presidente, acho que está no bom caminho.

Quero ainda dizer, e este assunto já foi abordado: Será justo atribuir dez mil euros a todas as Freguesias? Logicamente que é questionável. Há Freguesias maiores, há Freguesia mais pequenas. Este assunto pode ser posto em cima da mesa e pode perfeitamente ser analisado.

Acho que estamos no bom caminho. Relativamente ao valor deste subsídio, pena é, porque estamos num ano com dificuldades acrescidas, que não possa ser um pouco mais. Muito obrigado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente este Ponto VII.

Este dinheiro é uma verba extra que o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo decidiu dar a todas as Juntas de Freguesia de forma igual para poderem dar respostas às dificuldades que estão a passar nomeadamente com as despesas correntes.

Quero também dizer ao Eng.º Rafael que o outro subsídio de seiscentos mil euros para as Juntas de Freguesia é que é para ser aplicado mediante o que está estabelecido em protocolo.

A atribuição destas verbas é muito importante para as Juntas de Freguesia para poderem colmatar algumas despesas correntes e que muitas vezes não temos receita própria para as satisfazermos. Muito obrigado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Deputado Nuno Rafael Dias, do CDS, disse que os subsídios para as Juntas de Freguesia não deviam ser iguais porque não sabe que há um subsídio que é atribuído de forma diferente.

Gostaria de recordar a esta Assembleia o seguinte: A distribuição do subsídio maior, e a maneira como ele foi feito, foi articulada com os Presidentes de Junta quando éramos vinte e uma Freguesias e o Partido Socialista só tinha seis Presidentes de Junta. Numa das reuniões foi discutida qual a fórmula a utilizar para a distribuição do dinheiro e lembro-me perfeitamente que disse o seguinte: “*Vocês entendam-se com a criação da fórmula para distribuir estes quinhentos mil euros*”, e depois fui-me embora.

Recordo-me também que o Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira defendia que devia entrar nessa fórmula um item referente ao número de cemitérios porque ele tinha sete cemitérios na freguesia que também davam despesa.

A fórmula utilizada para a distribuição das verbas nas Freguesias foi consensualizada e tem vindo a ser discutida com todos os Presidente de Junta.

Esta verba que vão hoje votar é uma verba suplementar. É uma verba que dá liberdade aos Presidentes de Junta. O Executivo da Junta de Freguesia é que decide onde vai utilizar a verba e o Presidente da Câmara não se deve imiscuir

em assuntos onde não é chamado. A verba é dada e cada Junta de Freguesia tem autonomia para a gastar como entender.

Também vos digo: As Juntas de Freguesia também recebem verbas que são transferências do Estado e há Juntas de Freguesia que têm verbas maiores do que as pequenas. Nos outros subsídios as Freguesias que têm maior número de habitantes também têm mais dinheiro do que as mais pequenas.

Há quem diga que com a união das freguesias que ficaram prejudicados e este era um tema que se poderia discutir.

Na última reunião de Câmara de março temos que aprovar as verbas a atribuir às Freguesias. Temos que discutir as obras com as Juntas de Freguesia, num processo transparente, para construirmos os protocolos que depois de aprovados sobem à Assembleia Municipal.

Temo-nos dado todos bem assim. Como eu disse, a fórmula que ainda hoje está a ser aplicada foi aquela que foi discutida no meu primeiro mandato quando o Partido Socialista só tinha seis Presidentes de Junta de Freguesia. Por isso, foi uma grande maioria do PSD que escolheu a fórmula mas que foi consensualizada.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 160.000,00 (cento e sessenta mil euros) às Freguesias do Município, para a promoção de atividades de natureza corrente de cariz cultural, social, recreativo e de valorização da economia local, bem como para a realização de outras ações de relevante interesse para as Freguesias, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer a seguinte nota: A realização das Sessões da Assembleia Municipal à sexta-feira e a esta hora fazem algum sentido nomeadamente porque ainda estão os serviços a funcionar. Há pouco não falei porque esta discussão não me pertence. Também quero dizer que estou disponível para estar aqui quando os Srs. Deputados bem entenderem.

O Técnico que acompanha esta 2.^a Alteração à 1.^a Revisão do PDM de Oliveira do Hospital, e porque a Sessão demorou, já não está cá, mas eu vou fazer a apresentação deste Ponto VIII - Proposta de 2.^a Alteração à 1.^a Revisão do PDM de Oliveira do Hospital.

A maior parte das alterações que são feitas ao PDM decorrem de obrigações legislativas.

A Câmara Municipal tem que fazer a revisão do PDM legalmente até 2019. Acho fundamental que este novo PDM seja muito discutido porque o primeiro tem muitos erros.

Também quero reafirmar aqui que estes erros não são responsabilidade do Executivo até porque na elaboração do PDM estão cerca de doze Comissões Técnicas envolvidas.

Desta vez não vou entregar o PDM à equipa da casa. Tenho falado com outros Presidentes de Câmara, como por exemplo de Mortágua, Figueira e Tábua, que estão a fazer a revisão do PDM que contrataram uma empresa. Neste momento estamos em negociação com essa empresa que é ligada a uma Professora da Universidade de Aveiro. Nós queremos que isto ande e que seja feito por pessoas com experiência na negociação porque são equipas que só fazem isto.

Na Câmara Municipal teremos um Gabinete só de apoio e vamos contratualizar a revisão do PDM. Penso que gastaremos cerca de sessenta mil euros com esta contratação mas acredito que pode ser mais célere.

Na minha opinião a perspetiva da aprovação do novo PDM tem coisas fantásticas. Também é preciso perceber que os Técnicos têm uma visão diferente e não querem os núcleos urbanos muito dispersos.

Quanto a esta proposta de 2.^a Alteração à 1.^a Revisão do PDM de Oliveira do Hospital não vos sei dizer mais do que isto e se me fizerem muitas perguntas técnicas não sei responder porque eu não estive na génese do tema.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Esta proposta de 2.^a Alteração à 1.^a Revisão do PDM de Oliveira do Hospital esteve em discussão pública.

Todo este processo foi desenvolvido em articulação com a CCDR. É um processo muito pesado. Tem que haver conferências procedimentais, nomeadamente o parecer dos vários organismos, que às vezes têm divergências e não é fácil consensualizar. É um processo muito técnico e, desse ponto de vista, também não me parece que tenhamos, sinceramente, muitas condições de analisar um documento destes ao detalhe. Na documentação que nos foi enviada há informações a detalhar o procedimento que foi feito.

A Consulta Pública não teve grande participação. Normalmente, e também falo por mim, queremos muitas oportunidades para nos pronunciarmos e depois não o fazemos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Passei os olhos neste documento mas se o lesse também ficaria na mesma porque o documento tem muitos termos técnicos que para mim são complicados.

Relativamente ao nosso PDM, como já disse o Sr. Presidente da Câmara, o nosso PDM tem muitas lacunas. Nós sentimo-las nas Freguesias. Porque há pessoas que querem fazer algumas recuperações e não as podem fazer devido às condicionantes do PDM.

Quando fizemos a aprovação do PDM eu ainda manifestei algumas alterações.

Penso que na elaboração deste documento se deveria ter em conta a opinião dos Presidentes de Junta de Freguesia.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“O Plano Diretor Municipal, PDM, é um instrumento legal, fundamental na gestão do território municipal. O PDM define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município.

Assim, entende o PSD que este não pode ser um "colete-de-forças" no impedimento de uma sociedade e de um território, em se adaptar às novas necessidades e tendências de crescimento.

Sendo as alterações propostas ao PDM de carácter facilitador para o desenvolvimento do Concelho, o PSD vota favoravelmente a sua alteração.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Posso dar aqui uma nota: O último PDM foi muito participado e quero dizer que o PDM resolveu problemas e também trouxe outros.

Dizer também que os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia devem participar, e têm obrigação de participar, na discussão do PDM.

Durante a fase de discussão pública esta proposta de 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital não teve nenhuma reclamação mas a anterior teve centenas de reclamações com propostas de terrenos para construção. E sabem o que é que aconteceu? Só foram aprovadas três reclamações e todas as outras foram rejeitadas.

Este processo tem uma complexidade brutal. A elaboração e aprovação do PDM está sujeito ao cumprimento de um conjunto de legislação e não somos nós com a nossa vontade que mudamos as Leis. Eu até costumo dizer que a minha responsabilidade neste PDM é só de 5%.

Quando o PDM foi aprovado eu convenci-me que tínhamos os problemas todos resolvidos. Depois percebi que estava errado.

Como já disse todos os Deputados e todos os Presidentes de Junta devem participar na elaboração do PDM e devem ir às Comissões dizer onde deve haver construção.

Dizer-vos ainda o seguinte: Na primeira reunião com as Comissões em que eu participei só resisti 15 minutos. Eu estava no início do mandato e percebia pouco disto, também o admito. Nessa reunião estava a discutir-se a possibilidade de construção numa zona do Seixo da Beira, que eu conheço bem, onde estão construídas umas casas mas a Reserva agrícola não permite mais construção e diz que são terrenos para agricultura.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Este é um tipo de matéria em que a Assembleia Municipal se deve pronunciar mas que se pronuncia de olhos fechados devido à natureza e complexidade da matéria.

Como o Sr. Presidente já disse, há aqui aspectos que são imutáveis e não dependem da vontade de ninguém. Algumas restrições do documento resultam

de legislação comunitária de natureza ambiental. Pior que a RAN-Reserva Agrícola Nacional é a REN-Reserva Ecológica Nacional.

A nossa REN-Reserva Ecológica Nacional foi definida já há mais de vinte anos e foi transmitida a Bruxelas e por isso alterar a REN tem regras muito restritas.

Do ponto de vista do Ordenamento há toda uma pressão para se restringirem os núcleos urbanos por várias razões. Uma delas tem a ver com a disponibilidade dos bens públicos essenciais. O Planeamento do Ordenamento do Território tem grandes restrições por isso é que há todos os incentivos para se investir nas malhas urbanas consolidadas. Essa é a grande aposta.

Depois há outros aspetos como, por exemplo, o bom senso dos técnicos. E é verdade que se encontram pessoas que são muito fundamentalistas e que às vezes numa abordagem mais restritiva inviabilizam a actividade económica. Nas estruturas da administração é preciso termos pessoas que têm sensibilidade porque o País é uma soma de tudo.

Feitas estas considerações, acho que nós também temos que confiar no conhecimento das pessoas que formam a equipa do PDM. Fui informada que esta alteração é precisamente para flexibilizar situações muito em resultado também dos problemas que os incêndios criaram e da necessidade de se resolverem determinadas situações.

Em princípio estaremos melhor com este documento do que estávamos antes dele e isso foi a precessão com que eu fiquei.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente porque esta 2.ª Alteração ao PDM vai ajudar-nos a resolver alguns problemas nas Freguesias.

Já temos como experiência os benefícios que foram conseguidos com a 1ª Alteração do PDM. O Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Presidente da Mesa também já falaram sobre isso.

Vou falar no caso concreto da minha Freguesia de Meruge: Quando foi feito o primeiro PDM ele foi feito na secretaria e nem sequer foram ao terreno. Em Meruge a única zona de expansão urbana é o quintal do Dr. Pedro Couceiro.

Depois a complexidade que é para darmos a volta a estas situações.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e quinze minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____